



Erasmus+



BAU
Bahçeşehir University



*Up
to
Youth*

2018-1-TR01-KA205-057895

*“Promovendo Futuros Empreendedores Sociais
Digitais”*

*Intellectual Ouptup 1 – Relatório sobre a
análise de necessidades*

Projeto

Uma das soluções mais eficientes para apoiar as pessoas com fragilidades prende-se com a utilização do empreendedorismo social, pois identifica as necessidades reais da sociedade, maximiza os benefícios financeiros sociais e sua motivação é intrínseca.

O empreendedorismo social impulsiona a inovação e a transformação social em vários domínios, incluindo educação, saúde, ambiente, bem como ao nível do desenvolvimento empresarial. Procura objetivos para minimizar a pobreza, através de metodologias de negócios e da aplicação de ferramentas para inovar e superar as práticas tradicionais.

Um empreendedor social constrói organizações fortes ou sustentáveis, que são criadas com ou sem fins lucrativos. Um dos objetivos do projeto "Up to Youth" é ajudar os jovens a criar os seus próprios negócios, através do empreendedorismo social. O desemprego jovem é atualmente de 14,9% (2019) na UE, sendo superior quando adicionamos os NEET (17,2%, em 2018). O empreendedorismo social é também uma alternativa para os jovens desempregados. De acordo com uma pesquisa do CASES (Portugal), a elevada taxa de desemprego e a falta de opções no mercado motivam os jovens a pensar em criar seus próprios negócios.

As competências de criatividade e adaptabilidade dos jovens e o seu desejo em mudar são as principais razões para os ter neste projeto. De acordo com a Populus (*site* de pesquisas britânico), mais de um quarto dos jovens deseja criar seu próprio negócio. Para muitos desses novos empreendedores digitais, o objetivo principal é melhorar o mundo em vez de procurar obter rendimento com a sua ação. Procuram soluções radicais para os problemas sociais, em vez de criar um produto ou serviço que lhe proporcione retorno financeiro.

Se a mudança social é o principal motor de muitos dos novos empreendedores, o digital é o veículo escolhido. De acordo com uma pesquisa da Inveon, 52% dos utilizadores de *internet*, que equivalem a 30 milhões de pessoas, fazem compras *online*, representando um total de 3,5% de todas as compras realizadas *online* (TUSIAD, 2016). Estes valores dizem-nos que, num

futuro próximo, o comércio será realizado sobretudo *online* e será inevitável que um empreendedor social utilize o comércio digital.

Existem vantagens distintas em desenvolver-se o comércio eletrônico, pois é automatizado e necessita de um menor dispêndio de energia. É também mais barato, já que não necessita de um espaço físico. Pode ser desenvolvido em casa, mesmo utilizando um telemóvel. Os clientes podem ser de todo o mundo.

No nosso projeto, unimos "empreendedorismo digital" e "empreendedorismo social" e procuramos contribuir para a melhoria das competências de empreendedorismo social, competências financeiras, competências de média digital, competências de *marketing* digital e competências de consciencialização multicultural de jovens universitários e NEET para incentivá-los a serem empreendedores sociais digitais.

Desta forma, os jovens poderão apoiar as pessoas necessitadas. O projeto também irá incentivá-los a estabelecer seus próprios negócios e contribuir para diminuir a taxa de desemprego entre os jovens, em particular. Após o projeto concluído, os jovens poderão:

- Melhorar suas competências de empreendedorismo social, saber como iniciar uma empresa social e promover angariação de fundos;
- Desenvolver suas competências de *marketing* digital e novas competências de media (por exemplo, *e-commerce*, utilizando redes sociais);
- Aumentar sua consciência multicultural para apoiar migrantes;
- Aprender competências financeiras importantes, como orçamento, criação de modelos de negócios;
- Ter acesso a um Manual para formadores de jovens.

Além disso, o *site* do Projeto estará disponível para todos os tipos de empreendedores, desde a formação para competências de marketing digital; competências de média digital e competências financeiras básicas adequadas para todos os tipos de empreendedores.

Parceiros

O consórcio do projeto "Up to Youth" é composto por sete parceiros de cinco países.



A Universidade de Bahçesehir, como entidade coordenadora do projetos, tem mais de 17.000 alunos em nove Faculdades, uma Escola de Línguas e três Escolas Vocacionais. Existem mais de mil académicos a trabalhar na BAU. É uma instituição de ensino superior dedicada ao ensino, pesquisa e serviço à nossa sociedade. Tem como missão formar trabalhadores líderes para o future, com uma mente curiosa e uma capacidade de pensamento crítico; sensibilidade a questões locais e globais; que alcancem padrões internacionais; contribuam para o conhecimento científico, tecnológico e cultural; e fortes defensores das ideias e valores universais.



A Associação para a Educação e Valorização da Região de Aveiro (AEVA) (www.aeva.eu) foi fundada em 1998 como uma organização sem fins lucrativos para responder às necessidades das empresas locais no combate à inadequação de competências, aproximando a educação e a formação do mundo do trabalho. Neste âmbito, a AEVA é uma associação base de competências com 13 marcas, incluindo a maior escola privada de EFP em Portugal, a EPA (www.epa.edu.pt) e oferece vários percursos educativos, dirigidos a jovens, incluindo os com necessidades educativas especiais.



O Instituto de Desenvolvimento do Empreendedorismo (IED) é uma organização grega comprometida com a promoção da inovação e o fortalecimento do espírito empreendedor. Ao reconhecer o empreendedorismo como um fator crucial para o desenvolvimento e coesão das sociedades, desenvolve pesquisa e está em posição de disponibilizar soluções inovadoras que facilitam o crescimento do empreendedorismo saudável e a promoção do emprego. As suas atividades baseiam-se na premissa de que as empresas e, em especial, as PME, constituem tradicionalmente a espinha dorsal das economias europeias e, por conseguinte, constituem um fator significativo na tentativa de reduzir o desemprego e conduzir a uma maior prosperidade social



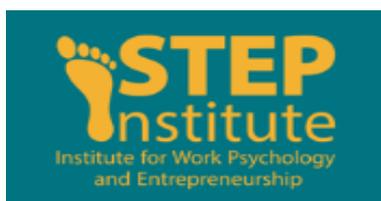
A Associação Educação para o Futuro é uma plataforma onde são partilhados conhecimentos, experiências, modelos e análises para a solução dos problemas educativos atuais que são cruciais para a humanidade e para a construção do sistema educativo futuro. Nesta plataforma, a experiência de formadores, educadores, especialistas, administradores públicos e funcionários públicos que obtiveram sucesso no campo da educação será usada para a solução de problemas educacionais nacionais e globais. O GED avalia holisticamente os estudos de Educação Adaptativa. Os educadores produzem projetos, fornecem soluções e desenham roteiros sobre a avaliação e o desenvolvimento da formação da educação que dão através destas plataformas. O GED está realizando um levantamento sociológico de escolas em Istambul como uma amostra da Turquia, o universo de estudo, a fim de identificar problemas educacionais.



Governança de Istambul (GI), da Turquia, é a mais alta autoridade administrativa da cidade, com um número de aproximadamente 300 funcionários públicos e prestação de serviços em vários campos. O GI tem a responsabilidade de 39 ministérios distritais e 24 direções provinciais. Promove uma participação ativa no processo de adesão à UE, com uma liderança eficaz nas províncias no que respeita à utilização eficiente dos recursos financeiros da UE..



A Bridging to the Future (BTF), do Reino Unido, é uma empresa inovadora que desafia as abordagens existentes em matéria de produtividade organizacional e individual, criação de emprego, independência económica e sustentabilidade económica. A BTF tem um historial excecional na conceção, ensaio e introdução no mercado de uma gama de produtos e métodos altamente inovadores e bem-sucedidos para apoiar a criação de emprego, a educação e a produtividade. No essencial, a empresa acredita na criação de emprego através de novos negócios, incubação ativa e programas de liderança prática, operando à escala internacional.



O Instituto STEP é uma organização privada, dinâmica e inovadora, sem fins lucrativos, que lida com o desenvolvimento das pessoas. Tem sede em Ljubljana, Eslovénia. A missão do STEP é capacitar as pessoas para um melhor funcionamento no ambiente privado e de trabalho. Ajuda as pessoas a descobrir seus talentos, atualizar as competências profissionais e implementar ideias empreendedoras. Os seus especialistas são formadores nas áreas de psicologia, economia e sociologia. Disponibilizam uma abordagem integrada para desafios complexos, como o desemprego, a falta de competências de empregabilidade, o fraco pensamento empresarial e a exclusão social. O Instituto STEP promove métodos integrados para o desenvolvimento pessoal e profissional, que incluem oficinas interativas, materiais de aprendizagem inovadores, ferramentas para o pensamento empreendedor e criativo, *mentoring*, *coaching* e desenvolvimento de novos modelos de negócios.

Introdução

O objetivo do primeiro resultado do projeto " Up To Youth" é apresentar informação sobre oportunidades de formação e legislação para o empreendedorismo social nos países parceiros. A fim de recolher estes dados, os parceiros fizeram uma pesquisa documental ao nível nacional.

Encontrar as competências mais necessárias para os jovens que querem tornar-se empresários sociais digitais é o segundo objetivo do projeto "Up to Youth". Os parceiros realizaram reuniões de grupo de reflexão com 28 empreendedores sociais e pessoas que criaram *start-ups* para definir as competências necessárias para os jovens tornarem-se empreendedores sociais. Aplicaram também questionários a 281 jovens para compreender os seus conhecimentos atuais sobre empreendedorismo social, *marketing* e finanças.

O trabalho de *backoffice* e os estudos para reuniões de grupos focais e questionários foram realizados entre novembro de 2018 e junho de 2019. Após analisar os dados dos questionários e combinar com os resultados das sessões *Focus Group*, os parceiros definiram o conteúdo da formação para o projeto.

Equipa do Projeto
Up To Youth

Índice

Projeto	2
Parceiros	4
Introdução.....	8
Parte A. Resultados da <i>Desk Research</i> sobre a situação atual do empreendedorismo social nos países parceiros.....	10
Oportunidades de Formação em Competências Empresariais dos Jovens	10
Estatuto Jurídico das Empresas Sociais no Direito Nacional.....	22
Apoios Económicos Prestados a Empreendedores Sociais.....	40
Parte B. Resultados das sessões <i>Focus Group</i>	46
Fatores que impedem os jovens de se tornarem empreendedores sociais	46
Como incentivar/apoiar os jovens a tornarem-se empreendedores sociais.....	47
Competências para os Jovens Tornarem-se Empresários Sociais	48
Parte C. Resultados dos questionários	53
Dados Demográficos	53
Nível de conhecimento dos jovens nos tópicos dos projetos.....	55
Bibliografia	60

Parte A. Resultados da *Desk Research* sobre a situação atual do empreendedorismo social nos países parceiros

Oportunidades de Formação em Competências Empresariais dos Jovens

Estão disponíveis em todos os países participantes ações de formação sobre empreendedorismo e empreendedorismo social para jovens. Alguns destes cursos são presenciais, mas o número de cursos *online* é superior. De acordo com a investigação documental nos países participantes, não existem cursos de empreendedorismo social digital para jovens e adultos.

Considerando os resultados da investigação documental, a duração dos cursos varia entre 40 e 120 horas, com o grupo-alvo de jovens entre 16 e 32 anos de idade. Embora não exista um currículo, estrutura ou metodologia comum nos resultados, a maioria dos cursos de empreendedorismo social inclui, introdução ao empreendedorismo social, literacia financeira e *marketing*. Alguns desses cursos são apoiados com unidades de desenvolvimento de projetos e competências simples que são necessários para as unidades de empreendedorismo social.

Outros tópicos das oportunidades de formação sobre as competências empresariais dos jovens são: definição legal de empreendedorismo social, criação de redes, escalabilidade e medição do impacto e desenvolvimento de ideias.

Na Turquia, existem dois cursos que visam desenvolver as competências empresariais dos jovens e informá-los sobre empreendedorismo social.

Dois destes cursos de cada país parceiro são apresentados de seguida.

Designação do curso/País	SESAME / Reino Unido
Tópicos abordados	<p>Parte I</p> <p>Compreender os Negócios e o Envolvimento Social</p> <p>Lição 1: O Mundo dos Negócios</p> <p>Lição 2: Negócios sociais</p> <p>Lição 3: Qualidades, Experiências, Atitudes e Competências Empresariais</p> <p>Parte II</p> <p>Inspire-se</p> <p>Lição 4: Por que começar um negócio (social)?</p> <p>Lição 5: O que faz um negócio bem-sucedido (pessoa)?</p> <p>Lição 6: Orador convidado / Visita de negócios</p> <p>Lição 7: Sombra de trabalho</p> <p>Lição 8: Eu e o meu mentor</p> <p>Parte III</p> <p>Crie a sua própria Empresa Social</p> <p>Lição 9: Que ideias você tem para iniciar um negócio social?</p> <p>Lição 10: Mercados e <i>Marketing</i></p> <p>Lição 11: Começar um negócio social</p> <p>Lição 12: Agarrar o meu negócio social</p>
Descrição	<p>A formação “Empresa Social” constitui um conjunto de lições, <i>workshops</i> e atividades para jovens na escola, ou fora dela, sobre o tema da empresa social e do comportamento empresarial social.</p> <p>O material de formação é adequado para EFP, universidades de ciências aplicadas, incubadoras e outras organizações que oferecem atividades de ensino para jovens. É adequado para estudantes de todos os</p>

	<p>diferentes cursos de formação e formações e não apenas para a educação económica ou empresarial.</p> <p>O objetivo da formação é permitir que os jovens adquiram as competências necessárias no mercado de trabalho, agora e no futuro. O programa SESAME inclui 12 lições e 19 ferramentas.</p>
Duração total do curso (horas)	40 horas
Ano inicial	2017
Idade dos formandos	16-22
Mais informação	https://sesameproject.com/

Designação do curso/País	Modelo de Plataforma Europeia para Jovens Empreendedores Socialmente Responsáveis / Reino Unido
Tópicos abordados	<p>KIT MODELO - INTRODUÇÃO PRINCIPAL</p> <p>DEFINIÇÃO DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contexto europeu • Documentos da UE que promovem o desenvolvimento das empresas sociais • Regulamentação legal e política nos países envolvidos no projeto • História do desenvolvimento do conceito de empreendedorismo social nos países envolvidos • Domínio da evolução do empreendedorismo social nos países envolvidos

COMPETÊNCIAS EMPRESARIAIS

PERCURSOS DE FORMAÇÃO

LISTA DE SERVIÇOS DO CENTRO DE JUVENTUDE

- As diretrizes de infraestrutura para o crescimento de um *HUB* jovem
- As diretrizes do programa para o crescimento de um *HUB* jovem

SERVIÇOS DE *HUB* E VERIFICAÇÃO DO PADRÃO DE QUALIDADE

- Processo
- Os 4 P da criação de um *HUB* Jovem da UE
- O 3Q da garantia da qualidade

MEMORANDO DE COOPERAÇÃO

- Anexo 1: Programa de Formação em Empreendedorismo Social para Jovens NEET
- Anexo 2: Programa de seminário de empreendedorismo social para estudantes do ensino secundário
- Anexo 3: Programa de Formação em Empreendedorismo Social para Jovens Trabalhadores

NOVAS LEITURAS, FONTES E SUGESTÕES PARA O CRESCIMENTO DE UM PÓLO JUVENIL DA UE

- O que faz um bom espaço de trabalho conjunto?
- O que faz uma boa incubadora de empresas?
- De que apoio precisam os empresários?
- Quais são os principais conhecimentos e competências dos empreendedores?
- Estudos de caso de Polos de trabalho

Descrição	KIT MODELO UE YOUTH HUB - um documento que fornece orientações e informações às organizações de jovens sobre como criar um ambiente propício para apoiar os jovens que desejam tornar-se empresários socialmente responsáveis.
Duração total do curso (horas)	40 horas
Ano inicial	2017
Idade dos formandos	N/A
Mais informação	http://www.pina.si/wp-content/uploads/2015/04/EU-YOUTH-HUB-KIT_en.pdf

Designação do curso/País	Programas para as Fases do Ciclo de Vida pelo IES - Escola de Negócios Sociais / Portugal
Tópicos abordados	<p>Esta formação tem diferentes fases, dependendo do ciclo de vida das iniciativas dos formandos:</p> <p>Bootcamp em Empreendedorismo Social: para quem procura desenvolver uma ideia com o objetivo de resolver um problema importante e negligenciado na sociedade.</p> <p>Tópicos: Empreendedorismo social; Problema; Valor; Solução; Sustentabilidade; Impacto; Integração; Teste piloto; Viabilidade; Comunicação.</p> <p>Dimensionamento para Impacto: para as equipas ou iniciativas da organização que se esforçam para crescer e aumentar seu impacto.</p>

	<p>Tópicos: Desafio crescente; Inovação social; Modelo de negócio; Teoria de Mudança; Medição de impacto; Modelo de crescimento; Formação; Financiamento; Difusão da ideia; Conversando com investidores.</p> <p>INSEAD Programa de Formação Social ISEP Portugal: um programa que equilibra o conhecimento académico com estudos de caso sobre inovação em modelos de negócio, gestão de organizações híbridas, liderança, medição de impacto e processos de crescimento.</p> <p>Tópicos: Enquadramento - Inovação no modelo de negócio; Crescimento efetivo e sustentado com impacto; Capacitar a organização e os seus líderes; Difundir a ideia; Criar uma rede de parcerias; Desafios da maturação; Medição de impacto e modelo de financiamento do ciclo de vida.</p>
Descrição	<p>O objetivo é capacitar, inspirar e criar uma rede. Resulta de uma parceria entre o Institut Européen d'Administration des Affaires (INSEAD), que contribui com conhecimento e conteúdo pedagógico e a IES-Social Business School, que contribui com conhecimento, ferramentas e experiência de campo.</p>
Duração total do curso (horas)	<p><i>Bootcamp</i> em Empreendedorismo Social: 48 horas Dimensionamento para Impacto: 48 horas ISEP Portugal: 40 horas</p>
Ano inicial	2018
Idade dos formandos	18+
Mais informação	https://www.ies-sbs-en.org/open-programmes/

Designação do curso/País	<i>Managing Impact Business (MIB)</i> pelo IES - Escola de Negócios Sociais/ Portugal
Tópicos abordados	<p>Esta formação é modular e abrange áreas transversais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inovação e competitividade • Modelos de negócio e sustentabilidade • Gestão de desempenho e medição de impacto <p>Áreas opcionais (min 2 - uma competência social e técnica):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Liderança • Comunicação • Negociação • <i>Marketing</i> • Governança • Avaliação do investimento e finanças
Descrição	<p>O objetivo é desenvolver competências nas áreas de inovação e empreendedorismo social, criar uma rede de agentes de transformação com o objetivo de melhorar o desempenho e potenciar o impacto das suas iniciativas.</p> <p>Resulta de uma parceria entre o INSEAD (que contribui com conhecimento e conteúdo pedagógico) e a IES-Social Business School (que contribui com conhecimento, ferramentas e experiência de campo).</p>
Duração total do curso (horas)	80 horas
Ano inicial	2018
Idade dos formandos	N/A
Mais informação	https://www.ies-sbs-en.org/open-programmes/

Designação do curso/País	Ustvarjalnik, <i>sandbox</i> para jovens empresários / Eslovénia
Tópicos abordados	Empreendedorismo, competências básicas, <i>marketing</i> , vendas, apresentação, discurso público
Descrição	<p>A Ustvarjalnik está a ensinar a geração jovem para se tornar mais empreendedora e, portanto, melhor preparada para um futuro incerto. Dirigem clubes de empreendedorismo em escolas secundárias, onde os alunos começam seus primeiros negócios.</p> <p>Em programas, os alunos aprendem a conseguir recursos financeiros, realizando tarefas por eles escolhidas. Jovens mentores com experiência empresarial ajudam-nos a iniciar o seu primeiro negócio e obter o seu primeiro lucro. Quando o fizerem uma vez, saberão como fazê-lo novamente.</p>
Duração total do curso (horas)	2 horas de aula por semana entre Setembro e Junho. Apr.: 80 horas
Ano inicial	2013
Idade dos formandos	17-20
Mais informação	http://scale.ustvarjalnik.com/

Designação do curso/País	Fundação para jovens criativos / Eslovénia
Tópicos abordados	Empreendedorismo, competências básicas, <i>marketing</i> , vendas, apresentação, discurso público
Descrição	A formação inicia com um seminário intensivo de três dias. As suas atividades não são focadas no público: a cada ano, os 10 jovens mais talentosos são selecionados para prosseguir com sua ideia. A Fundação ajuda-os a fornecer mentores, recursos financeiros e conexões para que a ideia se concretize. A formação termina com a apresentação pública de ideias de negócios na frente de empreendedores e investidores bem-sucedidos.
Duração total do curso (horas)	Dependendo da semana - pelo menos 2 por semana. Apr: 80 horas
Ano inicial	2018
Idade dos formandos	18 - 23
Mais informação	http://fundacijaum.si/

Designação do curso/País	Programa de Empreendedorismo Social - SoGİP¹- Bogazici University Graduate Businessman Association / Turquia
Tópicos abordados	Empreendedorismo Social
Descrição	O programa visa conscientizar 600 estudantes universitários e capacitar 200 deles em quatro fases principais: <ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao Empreendedorismo Social (2 dias), • KOSGEB Formação em Empreendedorismo (4 dias)

	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Workshops</i> de projeto (2 dias) • Apresentações de projetos e trabalho em rede <p><i>Webinars</i></p> <p>Os candidatos potenciais para o programa são estudantes do ensino superior (graduação ou pós-graduação), tendo uma intenção adequada para participar do programa e ter uma ideia sobre o que é o empreendedorismo social. Algumas dessas atividades foram realizadas com a ajuda de empresas locais ou nacionais.</p>
Duração total do curso (horas)	8 dias, aproximadamente 40 horas.
Ano inicial	2017
Idade dos formandos	18-24
Mais informação	http://sogip.org/

Designação do curso/País	Empreendedorismo Social Impulsionado pelo Desenvolvimento do Empreendedorismo Jovem / Turquia
Tópicos abordados	Os títulos de formação do programa consistem em formações regulares de empreendedorismo proporcionadas pelo KOSGEB e alguns tópicos introdutórios em empreendedorismo social.
Descrição	<i>'Programa'</i> executado no âmbito de um projeto de desenvolvimento das capacidades em maior escala apoiado pela UE e pelo Governo turco, sendo executado pela Agência de Desenvolvimento Regional de Ancara. A vantagem da plena participação no programa e desenvolvimento de um plano de negócios reconhecido é que a obtenção de KOSGEB Aplicada Empreendedorismo Certificado de Formação que ajuda o

	participante aplicar diretamente para o programa de apoio ao empreendedorismo.
Duração total do curso (horas)	7 dias – 35 Horas
Ano inicial	2017
Idade dos formandos	18-32
Mais informação	http://www.girisimci.ankaraka.org.tr/en

Designação do curso/País	Programa Executivo em Empreendedorismo Social / Grécia
Tópicos abordados	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o empreendedorismo social • Desenvolver uma empresa social • Definir caminhos do crescimento estratégico • Desenvolvimento de Competências • Definir Ideias para Novos Empreendimentos Sociais
Descrição	<p>O programa executivo em Empreendedorismo Social, disponibilizado pelo Centro de Formação da Universidade de Atenas de Economia e Negócios, é um curso académico que também funciona como uma incubadora de empresas sociais na AUEB, proporcionando a oportunidade de desenvolver e avaliar ideias para empresas sociais.</p> <p>O programa inclui palestras em sala de aula, discussão e exercícios dando ao aluno a oportunidade de testar sua criatividade e desenvolver ideias viáveis para novos empreendimentos de alto impacto social.</p> <p>Além disso, disponibiliza uma rede de tutores, especialistas e profissionais em empreendedorismo social que pode apoiar os alunos.</p>

Duração total do curso (horas)	220
Ano inicial	2015
Idade dos formandos	Sem limites
Mais informação	http://use.aueb.gr/images/ExecutiveProgramSE.pdf

Designação do curso/País	Economia Social, Empreendedorismo Social e Microcrédito / Grécia
Tópicos abordados	<ul style="list-style-type: none"> • Definições, Características, Objetivos, Princípios da Economia Social e das Empresas Sociais, áreas de atividade de empresas sociais e principais diferenças em relação às empresas habituais • Revisão histórica da Economia Social • Evolução da Economia Social na Grécia, Melhores práticas das empresas sociais na Grécia • A Economia Social como Alternativa para o Desenvolvimento Económico e Social • Modelos de Empresas e Organizações de Economia Social na Grécia • Apresentação analítica da Empresa Cooperativa Social como o principal tipo legal de empresa social • Mulheres e o Empreendedorismo Social na Grécia • Sustentabilidade, Perspetivas e Passos para a Criação de uma Empresa Social • Responsabilidade Social Empresarial, Controlo Social, Controlo Social, Responsabilidade Social

	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios e Contabilidade Social
Descrição	O programa educacional "Economia Social, Empreendedorismo Social e Microcréditos" é uma tentativa de abordar as questões da Economia Social e Solidária e Empreendedorismo Social, como foram moldados na Grécia, Europa e da comunidade internacional até à data.
Duração total do curso (horas)	65
Ano inicial	2016
Idade dos formandos	Sem limites
Mais informação	https://elearn.elke.uoa.gr/show_programs.php?catID=all&prID=545

Estatuto Jurídico das Empresas Sociais no Direito Nacional

Nesta secção da pesquisa documental, são fornecidas informações sobre o estatuto jurídico atual das empresas sociais na legislação nacional dos países parceiros.

Reino Unido

Não existe uma definição jurídica formal de empresas sociais na legislação do Reino Unido. Por conseguinte, existe uma margem considerável para a escolha de uma variedade de formas jurídicas. Existe presentemente um debate sobre qual é a "melhor" estrutura jurídica; no entanto, muitas vezes são os interesses que os impulsionam. Em vez disso, há duas considerações principais quando se cria uma empresa social no Reino Unido:

- São as atividades de uma organização que fazem uma empresa social, não a estrutura jurídica.
- As oportunidades de financiamento e de geração de rendimentos terão impacto na estrutura que um empreendedor social deve escolher.

Portugal

Em junho de 2013, foi publicada a "Lei da Economia Social" (Lei n.º 30/2013). Esta lei divide as organizações em cinco grandes "famílias" no contexto da economia social portuguesa. No entanto, exclui as organizações orientadas para o mercado de serem consideradas parte do Sector da Economia Social, independentemente do seu objetivo e missão social e mesmo quando restringem o pagamento de dividendos. Tal evidencia que a política pública para a economia social está inteiramente focada no terceiro setor ou nas organizações sociais, mas não nas empresas como tal.

O conceito de empresas sociais foi previamente discutido, mas a lei foi publicada excluindo essa dimensão de organização. Portanto, tendo em conta os tipos de organizações previstas nessa lei, a mais semelhante a uma empresa social é a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

Em "Social Entrepreneurship in Portugal - a Practical Guide" (2016), a IES - Social Business School apresenta o empreendedorismo social como o processo de encontrar e implementar soluções inovadoras e sustentáveis para resolver problemas importantes e negligenciados da sociedade que se traduz em Inovação Social quando são encontradas soluções mais eficazes (em comparação com as alternativas existentes).

Dizer que não existem requisitos específicos para ser empreendedor social, embora a "Lei da Economia Social" defina algumas orientações sobre o que uma organização de economia social deve seguir como seus valores (art.º 5.º).

Eslovênia

A Eslovênia adotou a sua legislação sobre empreendedorismo social em 2011 e tornou-se o 11.º estado membro da EU com esta regulamentação específica. As cooperativas foram criadas na Eslovênia há muitos anos, mas apenas se referiam à agricultura. As mudanças durante a primeira década do século XXI, incluindo a crise financeira que começou em 2008,

levaram muitos Estados a adotar mudanças nos seus sistemas económicos; o emprego tornou-se muito mais importante do que o benefício financeiro.

Na Eslovênia, até 2014, o empreendedorismo social foi oficialmente colocado entre as principais prioridades políticas a serem apoiadas por um fundo de investimento nacional para facilitar o acesso ao financiamento. Em 2017, as tendências comuns eram as seguintes: embora fossem principalmente pequenas, as empresas sociais representavam um empregador principal no setor de serviços sociais, desempenhando um papel cada vez mais importante em termos de criação de emprego com comportamento anti cíclico durante a crise.

Lei do Empreendedorismo Social regula o campo do empreendedorismo social na Eslovênia: <https://www.uradni-list.si/glasilo-uradni-list-rs/vsebina/2018-01-0545?sop=2018-01-0545=2018-01-0545>).

O primeiro ato foi adotado em 2011 e constituiu a base para a Estratégia de Empreendedorismo Social na Eslovênia, preparada pelo Ministério do Desenvolvimento Económico e da Tecnologia. O Ministério é também o órgão governamental de regulação e monitorização do empreendedorismo social no país, que também preparou a lista de ações necessárias para apoiar e implementar a estratégia.

Para a implementação da lei do empreendedorismo social no período de 2011 a 2015, houve alguns marcos importantes que colocaram a legislação em prática:

- A Estratégia de Empreendedorismo Social com o Plano de Ação foi adotada para o período de 2013 a 2016. Foram definidas medidas de apoio à política de empreendedorismo social e às principais atividades que devem ser implementadas através das medidas definidas.
- Foram lançados dois convites à apresentação de projetos do FSE, implementados pelo Ministério do Trabalho, para o período de programação 2007-2013, abrangendo a fase de arranque das empresas sociais e o emprego de grupos de pessoas desfavorecidas.

Um total de 68 empresas sociais foram selecionadas e financiadas através desta medida.

- Além disso, foi lançado um concurso para obras públicas, financiado a partir do orçamento nacional e de empresas sociais que empregavam sobretudo "trabalhadores públicos", financiados pelo Estado.

Nos últimos anos, o empreendedorismo social tornou-se uma questão mais importante e o governo definiu "Desenvolvimento de empresas sociais, cooperativas e democracia económica" como um projeto governamental estratégico com forte potencial de emprego e crescimento. Como o empreendedorismo social foi reconhecido como uma das prioridades do governo, também houve constatações práticas de que as empresas sociais não só devem empregar grupos desfavorecidos de pessoas, mas também têm de gerir negócios para sobreviver e ser capazes de pagar aos seus empregados a partir da renda que ganham no mercado, em vez das subvenções que receberam do Estado.

Turquia

Até à data, ainda não existe um quadro jurídico na legislação turca que defina e apoie os empresários sociais e o empreendedorismo social. No entanto, o governo atribui importância a esta dimensão e lançou um plano de ação para o desenvolvimento de um ambiente adequado para o empreendedorismo social.

Quando as iniciativas sociais existentes são analisadas, verifica-se que, em geral, funcionam sob a alçada de fundações ou associações e que existem muitas cooperativas. Mais uma vez, o número de empresas sem fins lucrativos sob a forma de uma nova estruturação para a Turquia está a aumentar de dia para dia.

Grécia

O quadro jurídico na Grécia consiste no desenvolvimento de políticas governamentais no quadro legislativo existente para a economia social. Paralelamente, o Estado grego estabeleceu um conjunto de medidas fiscais e de seguros a fim de conservar os benefícios e os direitos sociais dos trabalhadores pertencentes a grupos vulneráveis e que trabalham em empresas sociais. A Grécia disponibiliza instrumentos financeiros e isenções fiscais para o montante dos lucros que as empresas sociais obtêm. Até 2011, o setor da economia social e do empreendedorismo social não foi reconhecido no quadro jurídico nacional.

A Economia Social na Grécia foi legalmente reconhecida pela Lei n.º 2716/1999, na qual foram definidas as Cooperativas Sociais de Responsabilidade Limitada (CSRL), com um papel fundamental para integrar as pessoas com problemas psicossociais no mercado de trabalho. No entanto, as CSRL podem proporcionar serviços produtivos, de consumo, comerciais, de crédito, educativos e civis. A legislação relativa à economia social e ao empreendedorismo social foi atualizada com a Lei n.º 4019/2011, da qual resulta uma nova forma de empresa social, a chamada Empresa Cooperativa Social (ECS). Em particular, este tipo de empresa social pode assumir a forma de parceria civil com uma missão social e ter um estatuto comercial. Os membros de uma ECS podem ser pessoas singulares ou coletivas.

De acordo com a Lei n.º 4019/2011, Economia Social refere-se a *"todas as atividades económicas, empresariais, produtivas e sociais desenvolvidas por pessoas coletivas ou associações, cujo objetivo estatutário é a prossecução do benefício coletivo e o serviço de interesses sociais mais amplos"*. Enquanto órgão operacional da Economia Social, é criada a Empresa Cooperativa Social (ECS).

Neste contexto, foi criado o Registo Geral da Economia Social, que é um registo público mantido em formato eletrónico, dirigido para as ECS. É mantido pelo Departamento de Registo da Economia Social da Direção da Proteção Social do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. O acesso ao mesmo é gratuito para todas as partes e é constituído pelos seguintes sub-registos:

- a) Registo de Empreendedorismo Social: para as ECS, que são estabelecidas de acordo com a Lei n.º 4019/2011 e o RESC, de acordo com a Lei n.º 2716/1999.
- b) Registo especial de outros Organismos de Economia Social: inscrição facultativa pelas formas jurídicas existentes, que cumulativamente preencham os seguintes critérios:
- Ter como único objetivo estatutário os benefícios sociais mediante a produção de bens ou a prestação de serviços de natureza coletiva e social;
 - Dar prioridade às pessoas e ao trabalho sobre o capital;
 - Implementar um sistema democrático de tomada de decisões;
 - Ter autonomia na administração e gestão das suas atividades;
 - Utilizar os seus lucros para os fins estatutários e, subsidiariamente, para uma distribuição limitada desses lucros;
 - Funcionar com base no princípio do desenvolvimento sustentável;
 - Desenvolver as suas atividades exclusivamente numa das três categorias ECS: a Integração, a Assistência Social ou a Recolha e Produção;
 - Desenvolver as suas atividades durante pelo menos três anos antes da apresentação do pedido de registo ao Registo.

Tipologias e Entidades Jurídicas das Empresas Sociais no Direito Nacional

Reino Unido

Um indivíduo que opera uma empresa social sem uma estrutura jurídica é geralmente considerado como comerciante em nome individual ou um trabalhador por conta própria. As organizações podem operar como sendo associativas sem uma estrutura jurídica, sendo consideradas como uma associação sem personalidade jurídica (também conhecida como

associação voluntária e grupos comunitários). No entanto, existem algumas razões pelas quais um empreendedor social teria de adotar uma estrutura jurídica:

- Um reconhecimento das partes interessadas com as quais se prevê trabalhar;
- Um requisito baseado no tipo de atividades que se planeiam realizar;
- Permite aumentar a credibilidade junto a clientes, financiadores, fornecedores e funcionários;
- Protege os indivíduos envolvidos da responsabilidade pessoal.

Como comerciante em nome individual, trabalhador por conta própria ou associação sem personalidade jurídica (ou seja, sem reconhecimento como uma entidade jurídica), o indivíduo ou conselho de gestão da associação é diretamente responsável por quaisquer dívidas ou ações judiciais que afetem a sua organização. Por exemplo, se a organização gerar um défice financeiro, será da responsabilidade das pessoas envolvidas o pagamento aos credores. A adoção de uma estrutura jurídica formal pode proteger as pessoas envolvidas neste processo da responsabilidade pessoal, limitando assim o risco.

Identificam-se algumas estruturas legais comuns no setor de empresas sociais no Reino Unido:

Associação sem personalidade jurídica (que também pode ser uma Instituição de Caridade)

- A maioria das organizações voluntárias e comunitárias são associações sem personalidade jurídica;
- O método de gestão para associações sem personalidade jurídica é geralmente a constituição de associação;
- O termo "não constituídas em sociedade" significa que, em direito, a associação não tem existência além dos seus membros como indivíduos.

Instituição de Caridade (Associação sem personalidade jurídica)

- Para se tornar uma instituição de caridade, uma organização deve registrar-se na Comissão de Caridade;
- As atividades de uma instituição de caridade devem incidir em um ou mais dos 12 objetos de caridade pré-definidos, que são de benefício para a comunidade;
- Uma característica central de uma instituição de caridade é um conselho de curadores, ou seja, um grupo de pessoas que se voluntariam para administrar a instituição;
- As instituições de caridade podem beneficiar de uma série de isenções e de benefícios fiscais sobre o rendimento e as mais-valias e, por vezes, sobre os lucros.

Sociedade Limitada

- Uma Sociedade Limitada é a forma mais popular de incorporação para organizações do setor social. O órgão diretivo deste modelo é designado por "Conselho de Administração";
- Sociedade Limitada neste contexto significa que a responsabilidade de cada membro pelas dívidas da empresa é limitada a um montante inscrito no instrumento de governo: muitas vezes de apenas £1 cada;
- A organização tem uma identidade jurídica distinta e pode ser responsabilizada separadamente dos seus membros e diretores, reduzindo o risco para estes. No entanto, os diretores ainda podem ser responsabilizados por negligência e/ou fraude;
- Em troca da responsabilidade limitada, a sociedade deve registar a sua constituição junto da “Casa das Empresas” e fornecer-lhes regularmente determinadas informações:
 - Contas anuais;

- Notificação de mudança de diretor ou secretário e seus dados pessoais;
 - Aviso de mudança de sede.
- As sociedades podem ser constituídas com um único sócio.

Instituição de Caridade (Sociedade Limitada por Garantia)

- Para se tornar uma instituição de caridade registada, uma organização deve inscrever-se na Comissão de Caridade;
- As atividades de uma instituição de caridade registada devem incidir em um ou mais dos 12 objetos de caridade pré-definidos que são benéficos para a comunidade;
- Uma característica central de uma instituição de caridade registada é ter um conselho de curadores, ou seja, um grupo de pessoas que se voluntariam para administrar a instituição;
- As instituições de caridade registada podem beneficiar de uma série de isenções e de benefícios fiscais sobre o rendimento e as mais-valias e, por vezes, sobre os lucros.

Sociedade Limitada por Ações

- Estrutura jurídica societária mais frequentemente adotada;
- O órgão de administração neste modelo é designado por "Conselho de Administração";
- Não há limite para os dividendos que podem ser pagos aos acionistas;
- A responsabilidade dos sócios/acionistas pelas dívidas da empresa é limitada ao montante da sua contribuição: pode ser de apenas £1 cada;

- A organização tem uma personalidade jurídica e uma responsabilidade distintas das dos seus membros e diretores, reduzindo o risco para estes. No entanto, os diretores ainda podem ser responsabilizados por negligência e/ou fraude;
- Em troca da responsabilidade limitada, a sociedade deve registar a sua constituição junto da “Casa das Empresas” e fornecer-lhes regularmente determinadas informações:
 - Contas anuais;
 - Notificação de mudança de diretor ou secretário e seus dados pessoais;
 - Aviso de mudança de sede. As empresas podem ser constituídas com um único membro.

Sociedade Industrial e de Previdência

- Essencialmente, estas são cooperativas, dirigidas e de propriedade de seus membros, mas que podem operar em benefício da comunidade, além de beneficiar os membros;
- Uma SIP pode possuir propriedades, celebrar contratos, emitir ações e contrair empréstimos;
- Tem de ser registada e regulamentada pela Financial Services Authority ("FSA"). Os objetivos da sociedade e a forma como é gerida devem cumprir determinadas condições para que a FSA aceite e mantenha o registo;
- Uma SIP deve ter pelo menos três membros.

Sociedade de Interesse Comunitário (SIC)

- As SIC podem ser sociedades anónimas de responsabilidade limitada por garantia ou por ações, ou sociedades anónimas;
- Podem adotar o modelo cooperativo, sem fins lucrativos ou comercial geral;

- Existe um conjunto de obrigações que uma SIC tem de cumprir, para além das impostas a uma empresa comum:
 - Deve provar o interesse comunitário (motivação subjacente das condições da empresa quanto ao que ela irá realizar, quem irá ajudar e como, se tiver lucro, ou excedente, o que a empresa irá fazer com o mesmo);
 - Deve adotar certas cláusulas estatutárias em sua constituição (bloqueio de ativos e evitar que fique sob o controle de não-membros);
 - Deve entregar um relatório anual da empresa de interesse comunitário com as suas contas.
- Uma SIC limitada por ações pode pagar dividendos, se acordado por uma deliberação dos seus membros, mas os dividendos a pagar aos acionistas privados (entidades sem vínculo patrimonial) estarão sujeitos a um limite máximo.

Portugal

O "Direito da Economia Social" identifica vários tipos de organizações:

- Associações - entidade jurídica sem fins lucrativos, constituída por pessoas com objetivos e necessidades comuns.

Enquadramento legal: Decreto-Lei n.º 594/74, alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/77; Código Civil, artigos 157.º a 184.º. Dependendo do objetivo da associação, leis adicionais devem ser analisadas.

Normas de prestação de contas: Decreto-lei n.º 36-A/2011, alterado pelo artigo 256.º da Lei n.º 66-B/2012 e Decreto-lei n.º 64/2013 (mais informações em <http://www.cnc.min-financas.pt/legislacao.html>).

- Cooperativas - pessoa jurídica sem fins lucrativos, definida pela cooperação e apoio mútuo de seus membros, que deve seguir os princípios da Aliança Cooperativa Internacional.

Enquadramento legal: Lei n.º 119/2015, alterada pela Lei n.º 66/2017. Dependendo do objetivo da cooperativa, leis adicionais devem ser analisadas.

Normas de prestação de contas: Decreto-lei n.º 158/2009, alterado pelo artigo 257.º da Lei n.º 66-B/2012.

- Fundações - pessoa jurídica sem fins lucrativos, criada com património específico e irrevogável para desenvolver trabalho de interesse social.

Enquadramento legal: Lei n.º 24/2012 e Decreto-Lei n.º 119/83.

Normas de prestação de contas: Decreto-lei n.º 36-A/2011, alterado pelo art.º 256.º da Lei n.º 66-B/2012.

- Misericórdias - Casas Sagradas da Misericórdia e organizações religiosas que desenvolvem trabalho de caridade e oferecem algumas soluções sociais, inspiradas nos princípios católicos e no cristianismo moral.

Enquadramento legal: Decreto-Lei n.º 119/83.

Normas de prestação de contas: Decreto-Lei n.º 36-A/2011 alterado pelo artigo 256.º da Lei n.º 66-B/2012 e Decreto-Lei n.º 64/2013.

- Mutualistas - instituições privadas de solidariedade social, com um número ilimitado de membros que, principalmente com a sua contribuição, lhes prestam apoio social (e.g. benefícios de saúde, serviços de apoio social).

Enquadramento legal: Decreto-Lei n.º 72/90 e Portaria n.º 135/2007.

Normas de prestação de contas: Decreto-Lei n.º 36-A/2011, alterado pelo artigo 256.º da Lei n.º 66-B/2012 e Decreto-Lei n.º 64/2013.

- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) - instituições sem fins lucrativos, criadas por indivíduos para dar expressão ao dever moral de solidariedade e justiça entre indivíduos. Não podem ser geridas pelo Estado ou Municípios.

Enquadramento legal: Decreto-Lei n.º 119/83 alterado pelos Decretos-Lei n.º 9/85, 89/85, 402/85 e 29/86 e Decreto-Lei n.º 172-A/2014.

Normas de prestação de contas: Decreto-Lei n.º 36-A/2011, alterado pelo art.º 256.º da Lei n.º 66-B/2012 e Decreto-Lei n.º 64/2013.

- Organizações Não-Governamentais (ONG) - instituições sem fins lucrativos que desenvolvem trabalho em áreas sociais ou culturais, muitas vezes com objetivos humanitários ou inspirados por ideais. A estrutura jurídica depende da área da ONG:

Desenvolvimento – Lei n.º 66/98.

Ambiente - Lei n.º 35/98 e Portaria n.º 478/99 alteradas pelas Portarias n.º 71/2003 e n.º 771/2009.

Pessoas com Deficiência - Portaria n.º 7/2014.

Eslovénia

Uma empresa social pode operar como uma entidade jurídica sem fins lucrativos quando e se obtiver o estatuto de empresa social. Pode ser uma sociedade, instituto, instituição pública, cooperativa, cooperativa europeia, centro de emprego, empresa que emprega pessoas com deficiência, empresa privada, etc., que satisfaz os princípios do empreendedorismo social, não estando exclusivamente estabelecida com fins lucrativos: As condições estabelecidas na lei são as seguintes:

- Exerce atividades económicas e não económicas;
- Não partilha os seus ativos ou o excedente de receitas gerado;
- É independente e organizada independentemente de empresas lucrativas, pessoas jurídicas de direito público ou comunidades locais;
- Proporciona uma governação inclusiva, baseada na tomada de decisão democrática;
- Satisfaz outras condições definidas pela lei.

Princípios e requisitos fundamentais para as empresas sociais:

- Sem fins lucrativos;
- Gestão sustentável das empresas, centrada na criação de emprego para os grupos desfavorecidos de pessoas e, por conseguinte, na prossecução do objetivo de interesse público;
- Adesão voluntária;
- Orientação para o mercado;
- Fundadores e/ou proprietários agindo em conformidade com o princípio "um membro - um voto";
- O lucro deve ser reinvestido no desenvolvimento e no negócio;
- Transparência financeira e controle dos negócios.

Na primeira lei sobre o empreendedorismo social, foram definidas atividades específicas das empresas sociais:

- Segurança social, com especial destaque para os cuidados familiares e os cuidados às pessoas com deficiência;
- Investigação e educação;
- Trabalho com jovens;
- Segurança sanitária;
- Inclusão social e formação para desempregados ou pessoas em risco de desemprego;
- Produção eco alimentar, comércio justo;
- Atividades no domínio da proteção do património natural e cultural, do turismo;

- Atividades desportivas não profissionais;
- Desenvolvimento das comunidades locais e do ambiente de apoio às empresas sociais.

Com a nova lei de 2018, a definição de empresa social foi modificada de forma a permitir que um leque mais vasto de atividades fosse implementado pelas empresas sociais. Já não existem áreas listadas onde as empresas sociais possam gerir o negócio. Paralelamente, são incluídas as seguintes definições:

- Empresa com conteúdo social - significado mais amplo: empresa social, cooperativa, empresa para pessoas com deficiência, centro de emprego de pessoas desfavorecidas e outras pessoas jurídicas que desenvolvem inovações sociais;
- A inovação social é uma inovação que permite a solução do desafio social de uma forma mais eficiente e sustentável, com o objetivo principal de alcançar um impacto social.

Deixa de haver distinção entre tipo "A" (orientado para as empresas) e tipo "B" (mais orientado para a vertente social, com ênfase no emprego de grupos de pessoas desfavorecidas), uma vez que todas as empresas sociais devem implementar a atividade económica e gerir empresas sustentáveis a longo prazo.

Em 17 de Setembro de 2018, existiam 259 empresas sociais registadas. Na sua maioria, são institutos, cooperativas e associações (sociedades).

Turquia

Na legislação turca para Fundações e Associações, não existe uma definição legal de organização não-governamental (ONG). Quando a definição de "sem fins lucrativos" é usada, é associada às fundações e às associações. Embora as fundações e associações sejam entidades jurídicas controladas por entidades públicas distintas e sujeitas a legislações distintas, são bastante semelhantes em termos práticos. Cada associação e fundação é criada

para realizar as atividades definidas nos documentos oficiais e, naturalmente, não podem ser definidas como empresas sociais. As associações e fundações organizadas sob a forma de empresas sociais cumprem esta obrigação ao estabelecerem-se como empresas económicas. Paralelamente, podem criar empresas e tornar-se parceiras de empresas estabelecidas. Todas as empresas económicas são fundadas para apoiar as atividades da associação ou fundação e para proporcionar rendimento. Estas atividades são realizadas numa ampla gama de domínios, desde a venda dos livros da fundação até a administração do restaurante. A maioria das empresas económicas realiza atividades geradoras de rendimento no campo da atividade de fundação/organização, mas há poucos exemplos de atividades fora dos domínios de trabalho da fundação/organização.

Existem igualmente estatutos especiais definidos como "benefício público" para as associações e "isenção fiscal" para as fundações. O Conselho de Ministros confere este estatuto após um processo muito longo e complexo a apenas um pequeno número de associações e fundações. Este estatuto não proporciona privilégios significativos, apenas o doador tem isenção de impostos a determinadas taxas. Não é legalmente possível fornecer entidades legais (tais como cooperativas e empresas) fora da fundação e da associação. Todas as empresas são agentes económicos importantes e estão a dar contributos significativos para a criação de emprego para grupos desfavorecidos (mulheres, pessoas com deficiência, etc.).

Outra entidade jurídica que opera no modelo de empresa social na Turquia é a cooperativa. A Lei das Cooperativas define cooperativas como "*Organizações estabelecidas por entidades jurídicas e públicas e administrações privadas, tais como municípios, associações, parcerias e sociedades, para fornecer e proteger os interesses económicos específicos dos parceiros, especialmente as suas ocupações e meios de subsistência, através da ajuda mútua, solidariedade e garantia*". As cooperativas são organizações associativas e o seu principal objetivo é proporcionar benefícios económicos aos seus membros. No entanto, existem cooperativas que desenvolvem a sua atividade em muitos modelos de empresas sociais. São geralmente pequenos produtores que se reúnem pequenos bens, que não são economicamente valiosos, no mercado, ou sozinhos, com a capacidade de produzir em condições de mercado. As cooperativas têm uma função importante como meio eficiente de

emprego e de rendimento, especialmente nas regiões em desenvolvimento. Contudo, as cooperativas que trabalham no domínio social não são definidas separadamente na legislação e operam numa vasta gama de domínios, como a construção e os transportes. Esta situação causa problemas na aplicação da mesma legislação, com a dificuldade adicional da quota de capital na fase inicial ser elevada e de não ser concedida qualquer isenção ou desconto às cooperativas sociais em matéria de tributação.

Empresa Sem Fins Lucrativos, a tipologia mais comum no mundo como modelo de empresa social, é um novo conceito para a Turquia, como já referido anteriormente. Na prática, existem poucas empresas estabelecidas como sociais. Na legislação, não existe uma definição clara de empresa; é geralmente definida como uma unidade em que duas ou mais pessoas se reúnem e combinam o seu trabalho ou bens com um contrato para chegar a um lugar-comum. Como é possível verificar a partir desta definição, o principal objetivo na formação da empresa é ter um "objetivo comum", mas este objetivo comum é geralmente entendido como "obtenção de lucro". O Código Comercial turco, o Código das Obrigações e todas as leis fiscais relevantes avaliam as empresas deste ponto de vista. Por conseguinte, não existem na legislação regulamentos especiais no âmbito da definição de "empresa social" e as estruturas institucionais existentes são também muito limitadas para possibilitar a criação e o funcionamento de empresas sociais. Uma vez que muitas empresas sociais não atuam sob a forma de uma fundação/associação, uma cooperativa ou uma empresa num sentido clássico, encontram-se frequentemente a tentar alargar as estruturas institucionais existentes e adaptá-las aos seus objetivos. Na prática, esta situação coloca muitas empresas sociais em dificuldades.

Grécia

Existem três formas institucionalizadas de empresas sociais na Grécia:

- Cooperativas de Mulheres (Agroturísticas). As cooperativas na Grécia são a forma mais comum de empresa social, proporcionando emprego às mulheres em áreas rurais onde as oportunidades de emprego são limitadas ou inexistentes. As principais

atividades destas cooperativas são a produção de produtos de artesanato doméstico, como compotas, conservas e delícias tradicionais, processamento de produtos agrícolas, restauração, bem como artesanato como joias ou mesmo tapetes e atividades turísticas;

- Cooperativas sociais de responsabilidade limitada (Koi.S.P.E.s) são uma forma especial de cooperativas. Ao contrário de outros tipos de cooperativas (onde os membros são compostos por apenas um tipo de parte interessada), as Koi.S.P.E.s requerem uma participação mais ampla, consistindo em três categorias principais: doentes mentais (pelo menos 35% dos membros); trabalhadores em unidades de saúde mental (até 35% dos membros) e indivíduos, municípios, comunidades, outras entidades jurídicas públicas ou privadas (até 20% dos membros):
 - É uma entidade privada com responsabilidade limitada dos seus membros, tem natureza comercial e é uma Unidade de Saúde Mental;
 - A única finalidade exclusiva é a integração social e económica das pessoas com problemas sociopsicológicos e sua inclusão no mercado de trabalho;
 - Assegura a participação democrática dos membros no processo de tomada de decisão, administração - gestão e distribuição de lucros;
 - Contém o elemento de solidariedade entre os membros (pacientes e funcionários);
 - Apenas um Koi.S.P.E. pode ser estabelecido em cada setor de Saúde Mental do país;
 - Atua no turismo, ambiente, agricultura, serviços, enquanto os campos de atividade são a restauração, limpeza, reciclagem, comércio de pequenos presentes e mercadorias locais, serviços de apoio.
- Empresas Cooperativas Sociais (Koin.S.Ep.). O Koin.S.Ep. é uma forma jurídica recentemente criada para servir o desenvolvimento de empresas sociais na Grécia:
 - Não é uma empresa comercial, mas sim uma cooperativa com um propósito social e um estatuto comercial;

- Tem um âmbito de aplicação muito mais amplo do que uma cooperativa tradicional. Não só serve as necessidades dos seus membros, como também serve um interesse social coletivo;
- Não pode distribuir dividendos aos seus membros (enquanto as cooperativas tradicionais podem) e a responsabilidade dos membros está sempre limitada à soma paga pela aquisição da sua parte;
- Adquire automaticamente o estatuto comercial no momento da sua constituição.

São categorizados em três tipos, com a sua finalidade:

- Koin.S.Ep. Inclusão, tendo como finalidade a inclusão socioeconómica e a integração laboral de pessoas pertencentes a "grupos vulneráveis da população", principalmente através da integração laboral (pelo menos 40% do pessoal total deve pertencer a estes grupos);
- Koin.S.Ep. Assistência Social, que tem por objeto a produção e disponibilização de bens e a prestação de serviços no domínio da assistência social (assistência social - saúde) a grupos específicos da população (idosos, crianças, crianças, pessoas com deficiência ou doenças crónicas);
- Koin.S.Ep. de Objetivo Coletivo e Produtivo, que tem por objeto a produção e o fornecimento de bens e a prestação de serviços para a satisfação de "necessidades coletivas" (cultura, ambiente, ecologia, educação, serviços de interesse comum, manutenção dos ofícios tradicionais, arranque dos produtos locais, etc.).

Apoios Económicos Prestados a Empreendedores Sociais

O objetivo da parte final da pesquisa documental desenvolvida é identificar as possíveis fontes de financiamento para os jovens iniciarem seus empreendimentos sociais.

Reino Unido

No Reino Unido, existem vários programas e organizações que disponibilizam apoio a aspirantes a empreendedores sociais:

- Empresa Social Reino Unido - inicie a sua Empresa Social: Este guia permite conhecer os aspetos essenciais da criação de uma empresa social, desde planos de negócios a elaboração de propostas, estruturas legais e parcerias. Disponibiliza igualmente aconselhamento de empreendedores sociais experientes sobre os conselhos que gostariam de ter recebido quando estavam a iniciar o seu percurso de empreendedor social;
- Criação de uma empresa social: Ligações e informações do governo sobre a criação de uma empresa social no Reino Unido. Inclui informação sobre diferentes estruturas empresariais e sugestões para uma leitura mais aprofundada;
- Escola para Empresários Sociais (EES): A EES ajuda os empreendedores sociais a desenvolver soluções sustentáveis para os problemas sociais através de uma rede de escolas que apoiam centenas de empreendedores sociais por ano no Reino Unido, Irlanda, Canadá, Austrália e Índia;
- Academia de Empreendedorismo Social (AES) - Escócia: A AES disponibiliza cursos de empreendedorismo social inovadores, liderados por pares em toda a Escócia que combinam a prática baseada no trabalho com qualificações acreditadas e são adaptáveis e sensíveis a diferentes níveis de experiência;
- Apenas Empresa: Este consórcio disponibiliza apoio empresarial gratuito, desenvolvimento e serviço de aprendizagem para empresas sociais na Escócia. Presta assistência ao arranque de uma empresa social, financiamento, formação e contratos públicos;
- Empresas Sociais da Escócia: Uma empresa social é um tipo de empresa que cria emprego, experiência de trabalho, formação e oportunidades de voluntariado para

pessoas que enfrentam obstáculos significativos ao emprego. As Empresas Sociais da Escócia disponibilizam apoio ao desenvolvimento empresarial dos seus membros para os ajudar a criar e construir empresas sociais viáveis e orientadas para o mercado, capazes de oferecer empregos, formação e experiências de trabalho significativas;

- Inspire2Enterprise: Financiado pela Universidade de Northampton, este *site* disponibiliza apoio, informação e aconselhamento únicos a qualquer indivíduo ou organização no Reino Unido que pretenda criar, gerir ou desenvolver uma empresa com um objetivo social;
- Programas de prémios competitivos da UnLtd: A UnLtd oferece apoio a empreendedores sociais no Reino Unido através de programas de prémios. Têm igualmente um *kit* de ferramentas que disponibiliza orientação e modelos de trabalho para cada etapa do empreendedorismo social, desde a ideia inicial, configuração e pilotagem até a sustentabilidade, crescimento e replicação a longo prazo;
- Marca Empresa Social - como criar uma empresa social: Esta organização desenvolveu um mecanismo de acreditação para que as empresas sociais comuniquem o seu estatuto aos clientes através de um logótipo. Também desenvolveu um Pacote de Recursos de Empresas Sociais, que custa £25 + IVA e inclui uma consulta gratuita;
- Educação Emergente: A Educação Emergente apoia a criação de empresas sociais e outros empreendimentos com o objetivo de melhorar os resultados educacionais no Reino Unido e em todo o mundo;
- Rede *Hub* de Impacto: Existem cinco Centros de Impacto no Reino Unido - quatro em Londres e um em Birmingham. Fazem parte de uma rede global de espaços de colaboração para indivíduos e empreendimentos interessados em inovação social. Organizam eventos, disponibilizam espaço para escritórios e executam programas de apoio a empresas sociais.

Portugal

Com base no primeiro estudo realizado pelo Instituto Universitário Europeu sobre o impacto da economia social nos países da UE, Portugal esteve no Top5 e foi o primeiro país da UE a utilizar fundos europeus em inovação social.

Apesar da existência de um número crescente de organizações na economia social e do papel de algumas fundações relacionadas com empresas privadas, o Estado tem sido continuamente o prestador de apoio económico mais relevante. Existem três formas principais de obter apoio económico:

- Financiamento Social Tradicional: subsídios públicos, doações, responsabilidade social corporativa, filantropia tradicional, *crowdfunding*, concursos e prémios:
 - Portugal Iniciativa de Inovação Social/Estrutura da Missão de Inovação Social Portugal (EMISP), Instituto Português do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Instituto de Segurança Social, Municípios;
 - Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP, Fundação Vodafone, SONAE;
 - GRAÇA.
- Investimento Social: obrigações de impacto social, mecanismo de partilha de receitas, fundos de investimento social e filantropia de impacto:
 - Portugal Iniciativa de Inovação Social/Impacto Social Limitado;
 - Municípios de Lisboa e Cascais;
 - Fundação Aga Khan, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação EDP.
- Investimento Comercial: crédito e capital de risco:
 - Associação Nacional dos Jovens Empresários (ANJE) e Caixa Geral de Depósitos, Programa de Investimento Social (IEFP);
 - Bancos Comerciais;
 - Fundo Bem-Comum;
 - Portugal Ventures e FaberVentures.

Eslovénia

O Ministério do Desenvolvimento Económico e da Tecnologia criou o Conselho de Economia Social, composto por representantes dos ministérios relevantes, 5 representantes das empresas de economia social, 3 associações representativas das comunidades locais, representantes dos parceiros sociais e sindicatos e organizações de trabalhadores precários. Uma das principais tarefas, para além da criação das políticas, foi também a preparação de uma Estratégia para a economia social na Eslovénia para um período de 10 anos (2019 - 2029).

A maioria das iniciativas e do apoio financeiro no domínio do empreendedorismo social são disponibilizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Económico e da Tecnologia, Ministério do Trabalho, da Família, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades, SPIRIT Eslovénia (Agência Pública para o Empreendedorismo, Internacionalização, Investimentos Estrangeiros e Tecnologia), Fundo Esloveno de Desenvolvimento Regional, Fundo Esloveno para as Empresas, Serviço de Emprego da Eslovénia. No entanto, a maioria dos fundos é distribuída através de diferentes convites à apresentação de propostas e projetos, nacionais ou europeus. Como resultado, os mecanismos financeiros e o apoio nem sempre são bem distribuídos e devidamente definidos. O desafio para o governo consiste em concentrar e assegurar iniciativas mais interligadas para estimular e apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo social. As ações devem resultar em medidas sustentáveis que afetem não só algumas pessoas ou empresas, mas também a sociedade em geral. O facto é que, no passado, muitas empresas sociais receberam apoio governamental na fase de arranque, mas entraram em colapso quando tiveram de começar a financiar as suas atividades apenas no mercado.

Turquia

Não existem disposições legais especiais sobre as empresas sociais como acordos financeiros e, atualmente, não existem isenções fiscais para as empresas e empresas económicas das fundações/associações, cooperativas e empresas sem fins lucrativos. O apoio financeiro concedido às fundações/associações com isenção fiscal/estatuto de utilidade pública é

insuficiente. As organizações com este estatuto não têm quaisquer exceções devido às suas atividades económicas, beneficiando apenas das disposições limitadas para a concessão de donativos.

Todas as entidades jurídicas que operam no domínio das empresas sociais estão sujeitas à mesma legislação fiscal que uma empresa normal visando a obtenção de lucro. Este quadro negativo obstrui claramente a criação e o desenvolvimento de empresas sociais. As empresas económicas e as empresas sem fins lucrativos que apoiam atividades sociais intencionais são tributadas ignorando os seus objetivos sociais. A visão geral sobre a tributação é a de evitar a concorrência desleal. No entanto, esta abordagem significa que as atividades das empresas sociais no domínio social são ignoradas. Além disso, o facto de estas instituições serem um instrumento de emprego muito importante também é ignorado. Muitas empresas sociais que operam enquanto fundações, associações, fundações/associações, empresas económicas e estruturas cooperativas são também agentes económicos importantes, além de criarem resultados significativos em termos de emprego, especialmente em grupos desfavorecidos (mulheres, deficientes, etc.) e regiões. Embora existam poucas empresas sem fins lucrativos, o facto de não existir qualquer disposição específica nesta área impede o aumento do número de empresas e contribui para a complexidade do conceito.

Grécia

As empresas sociais podem ser geridas com ou sem fins lucrativos e situar-se entre uma empresa tradicional e uma organização de caridade. Algumas organizações são capazes de gerar rendimento suficiente através da venda de bens ou serviços socialmente benéficos, mas muitas não o conseguem. Outras oportunidades de financiamento incluem investimento corporativo, doações e financiamento governamental. Abordar investidores pode não ser fácil. Contudo, se a organização é entendida como sem fins lucrativos, não é provável que apresente um retorno financeiro razoável para os investidores. Por outro lado, muitos doadores apresentam desconfiança face às empresas sociais, com receio que sejam geridas como empresas com fins lucrativos, onde o foco é a geração de rendimento, com pouco valor social.

Parte B. Resultados das sessões *Focus Group*

A parceria do projeto “Up to Youth” chegou a 28 empreendedores sociais, formadores de jovens e pessoas que construíram *start-ups* sociais. O objetivo das sessões *Focus Group* visa definir as competências necessárias para que os jovens se tornem empreendedores sociais. A fim de descobrir estas aptidões e competências, os parceiros realizaram sessões *Focus Group* com os especialistas. Os parceiros também recolheram informações sobre como incentivar os jovens a serem empreendedores sociais e identificaram fatores que impedem os jovens de se tornarem empreendedores sociais.

Fatores que impedem os jovens de se tornarem empreendedores sociais

De acordo com o *feedback* dos participantes, a principal questão comum para os jovens que os impede de criar uma empresa social é o financiamento. Alcançar os fundos ou angariar capital inicial parece ser a questão mais relevante. Outra questão que se generaliza nos países participantes é a falta de conhecimento sobre empreendedorismo social, o que também faz das dimensões administrativa e burocrática um elemento condicionador. Esta situação faz com que os jovens vejam a economia social sobretudo como um trabalho voluntário, uma espécie de passatempo.

Em Portugal, a visibilidade das atividades de empreendedorismo social para as empresas é satisfatória, mas os jovens não sentem que estão suficientemente representados nestas atividades. Dependendo principalmente dos fundos estatais, os jovens não veem o empreendedorismo social como um modo de vida.

Na Eslovénia, os empreendedores sociais em fase de arranque são surpreendidos com o tempo e a energia dedicados às suas empresas sociais devido à falta de preparação.

Na Turquia, os participantes indicaram que é difícil criar uma empresa de empreendedorismo social devido à legislação. Um dos participantes indicou que a perceção geral de que "os

empreendedores sociais não têm um bom caminho" é um elemento fortemente bloqueador para os jovens turcos.

Como incentivar/apoiar os jovens a tornarem-se empreendedores sociais

As seguintes sugestões foram realizadas pelos participantes para encorajar e apoiar os jovens a tornarem-se empreendedores sociais:

- Apoio ao Mentor: é desejável ter um mentor e um ambiente de apoio, para que os jovens possam obter informações. O mentor pode ser alguém de outro empreendimento social que pode sinalizar os riscos e ajudar a obter apoio quando o processo se torna complexo;
- Melhorar a relação entre os agentes da economia social e as universidades/escolas: embora o empreendedorismo social tenha sido incluído em várias universidades - currículos de aulas, programas de pesquisa, mestrado e doutorado - a disseminação do apoio financeiro disponível e dos programas de incubação pode ser melhorada. Mesmo em estágios anteriores, o currículo e os estágios profissionais podem ser uma forma de envolver os jovens em projetos de economia social, especialmente naqueles bem-sucedidos, com uma gestão profissional;
- Dar visibilidade a iniciativas relevantes e bem-sucedidas: os projetos liderados por empreendedores que poderiam inspirar os jovens devem ser mostrados e seria útil promover redes e formas de partilhar conhecimentos e experiências;
- Proporcionar uma formação sobre os aspetos cruciais de um empreendedor social: o que queremos dizer com o termo empreendedor social, quais são os desafios que um empreendedor social enfrenta, qual a legislação sobre empresas sociais, etc., através das plataformas de *e-learning*, vídeos, atividades, estudos de caso, apresentações e materiais de formação.

Competências para os Jovens Tornarem-se Empresários Sociais

Após a análise das respostas dos participantes sobre as aptidões e competências necessárias para se tornarem empreendedores sociais, foram obtidos os resultados que se apresentam seguidamente.

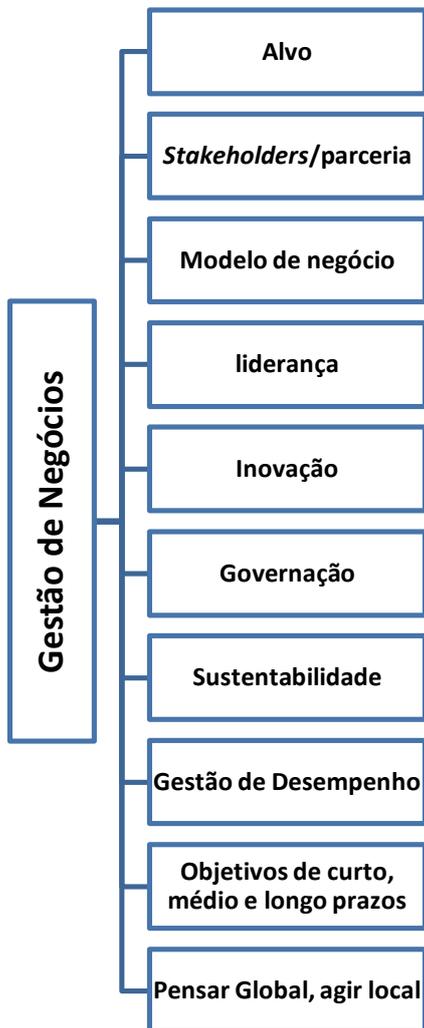
Para facilitar a compreensão dos resultados, são categorizados em treze temas e 72 tópicos, através do método de análise de palavras.

Estes temas são: Financiamento, Gestão de Empresas, *Marketing*, Recursos Humanos, *Marketing Digital*, Relações com Clientes, Fundos do Estado, Economia Social, Relação entre a Economia Social e a Escola, Literacia Financeira, Dimensão Individual, Outras Competências.

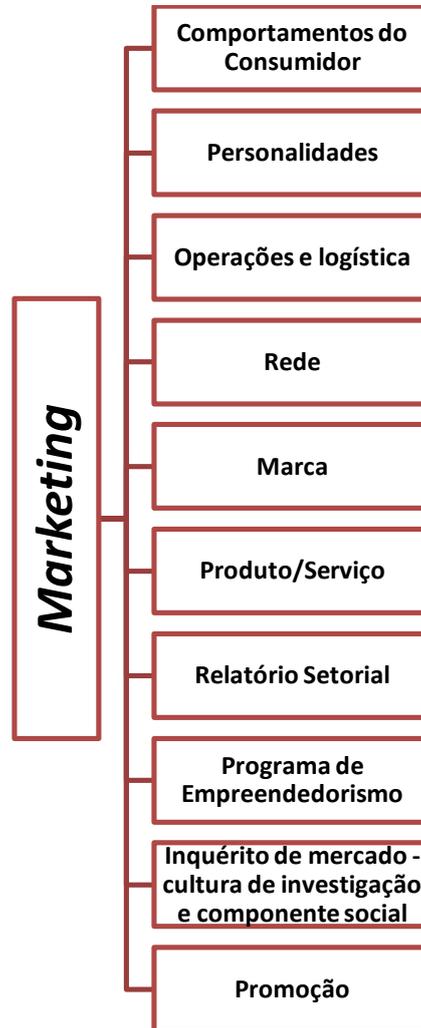
Tema 1 - Financiamento



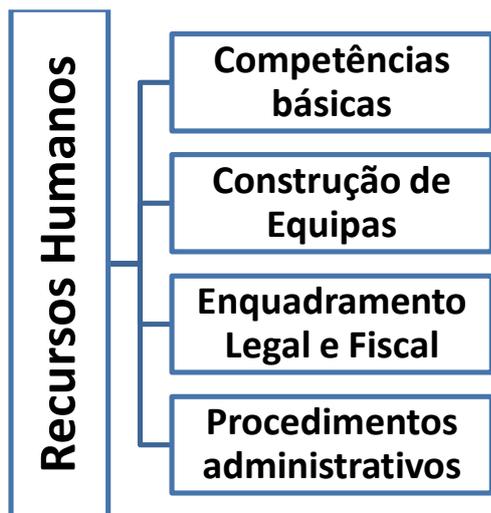
Tema 2 - Gestão de Negócios



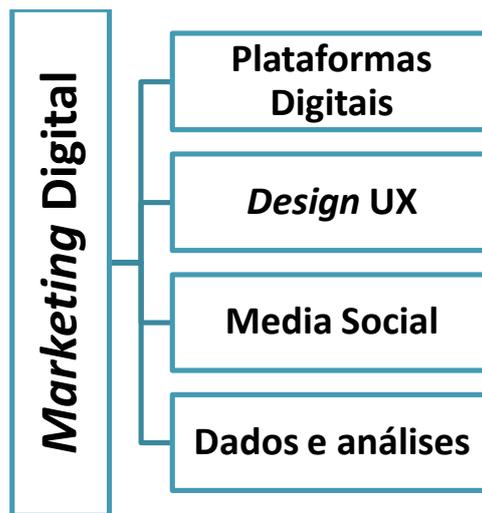
Tema 3 - Marketing



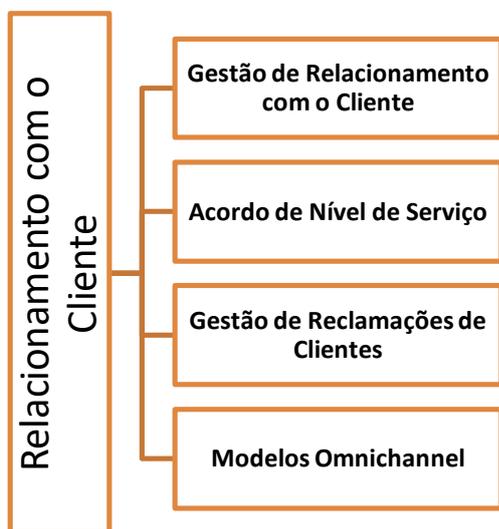
Tema 4 – Recursos Humanos



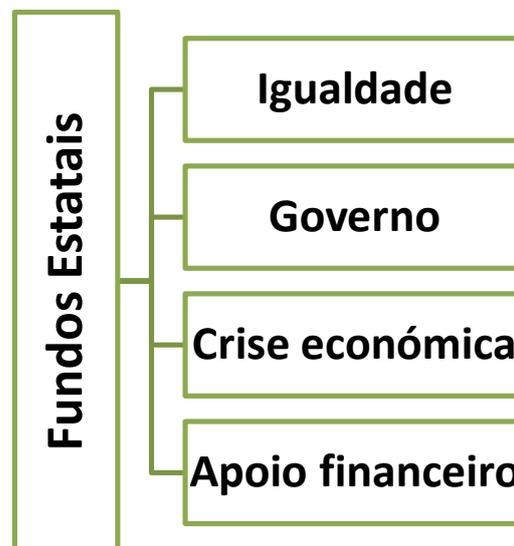
Tema 5 - Fontes de *Marketing Digital*



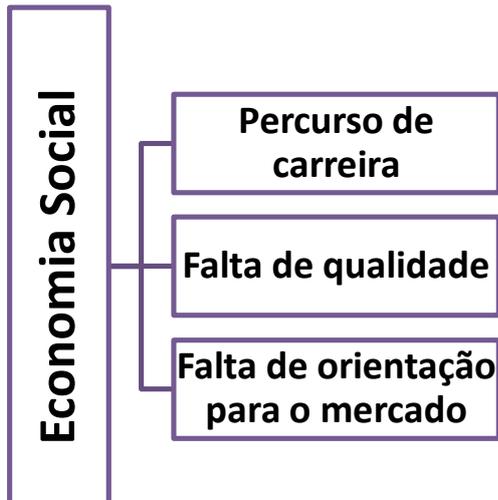
Theme 6 - Relacionamento com o Cliente



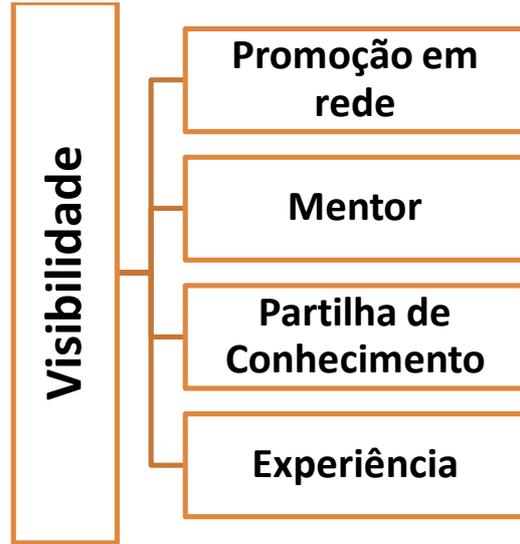
Theme 7 – Fundos Estatais



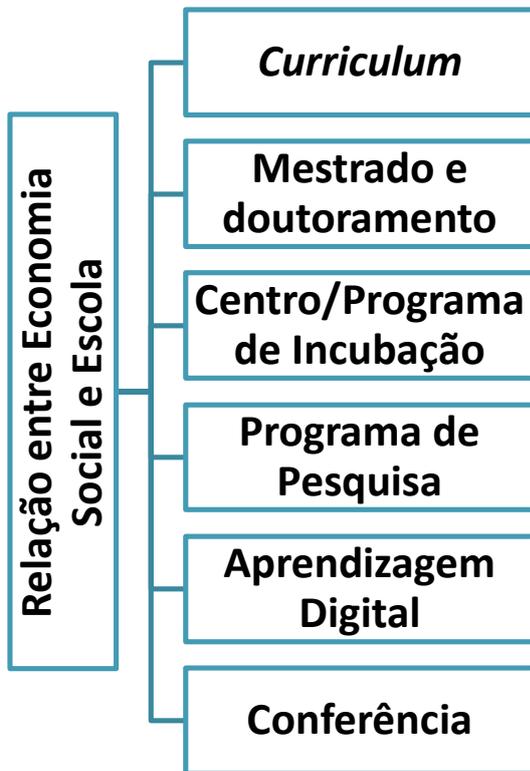
Tema 8 - Economia Social



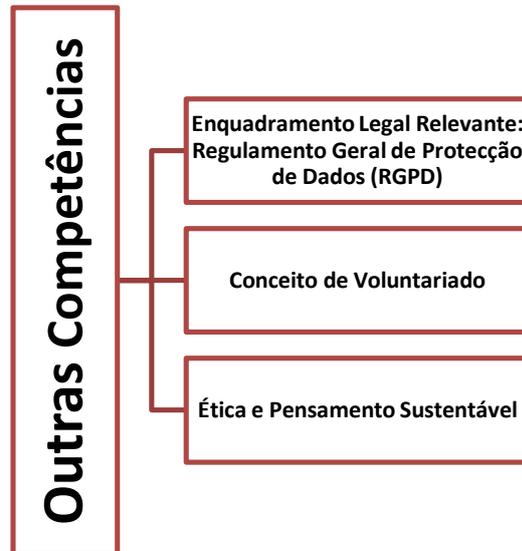
Tema 9 - Visibilidade



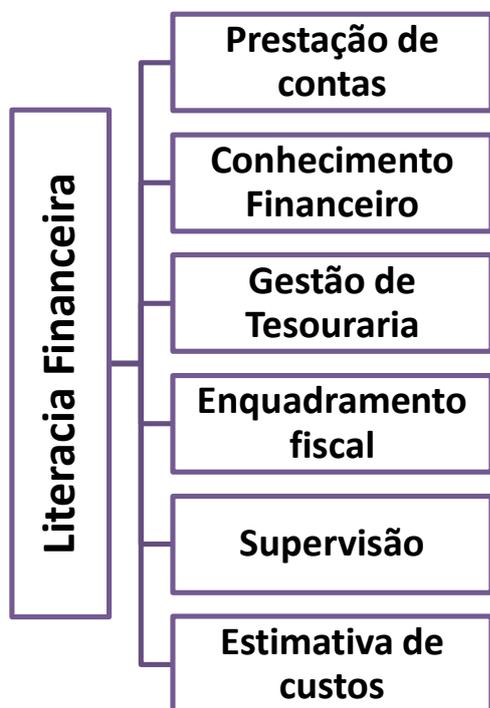
Tema 10 - Relação entre Economia Social e Escola



Tema 11 – Outras Competências



Tema 12 – Literacia Financeira



Tema 13 – Dimensão Individual



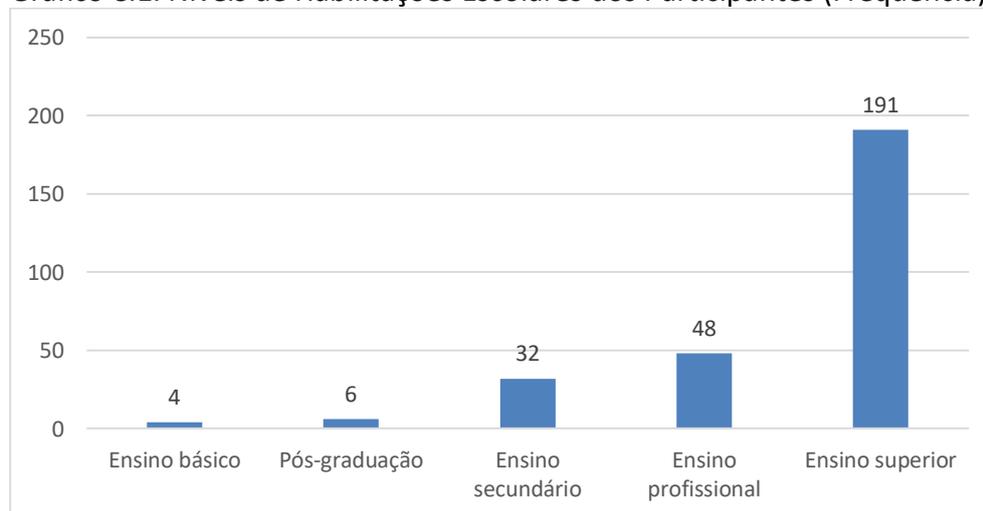
Parte C. Resultados dos questionários

A parceria do Projeto “Up to Youth” aplicou questionários qualitativos de pequena dimensão para avaliar os conhecimentos dos jovens sobre *marketing* digital, finanças, empreendedorismo social e decidir sobre o conteúdo do projeto. Os questionários foram aplicados a 33 jovens na Grécia, 30 em Portugal, 30 no Reino Unido, 34 na Eslovénia e 154 na Turquia. No total, participaram nos questionários 281 jovens (139 do sexo feminino e 142 do sexo masculino).

Dados Demográficos

Participaram da pesquisa jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 28 anos, com média de idade de 21 anos. Um total de 85,8% eram estudantes (241) e apenas 7,8 % (22) dos jovens tinham emprego a tempo inteiro ou a tempo parcial. A maioria dos participantes (68%) era licenciada (191 participantes).

Gráfico C.1. Níveis de Habilitações Escolares dos Participantes (Frequência)



Os jovens cujos pais gerem o seu próprio emprego é de 36,7% (103), sendo inferior ao dos pais sem emprego próprio 63,3% (178).

Quando os participantes foram questionados sobre os seus planos futuros de carreira, 37,4% dos quais planeiam criar a sua própria empresa.

Gráfico C.2. Planos Futuros (Frequência)

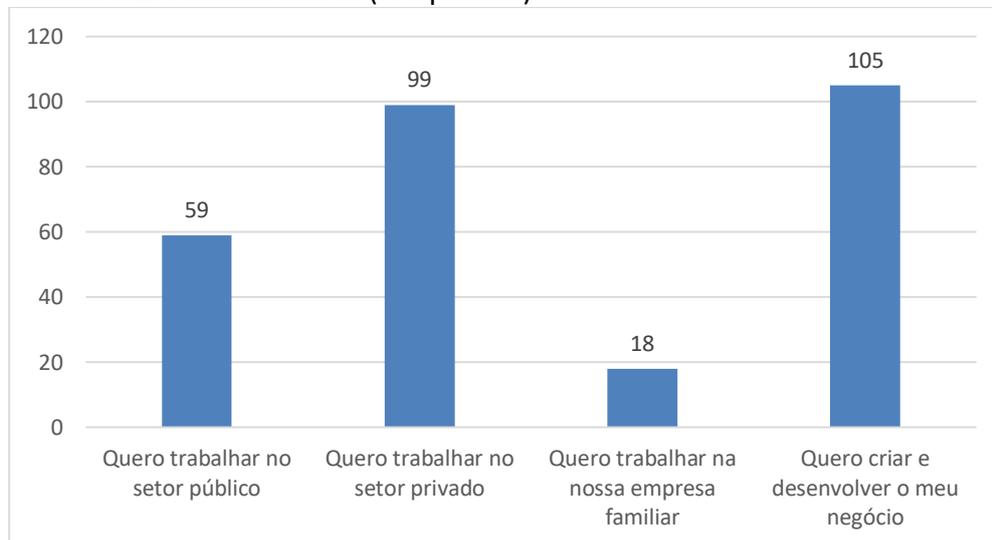
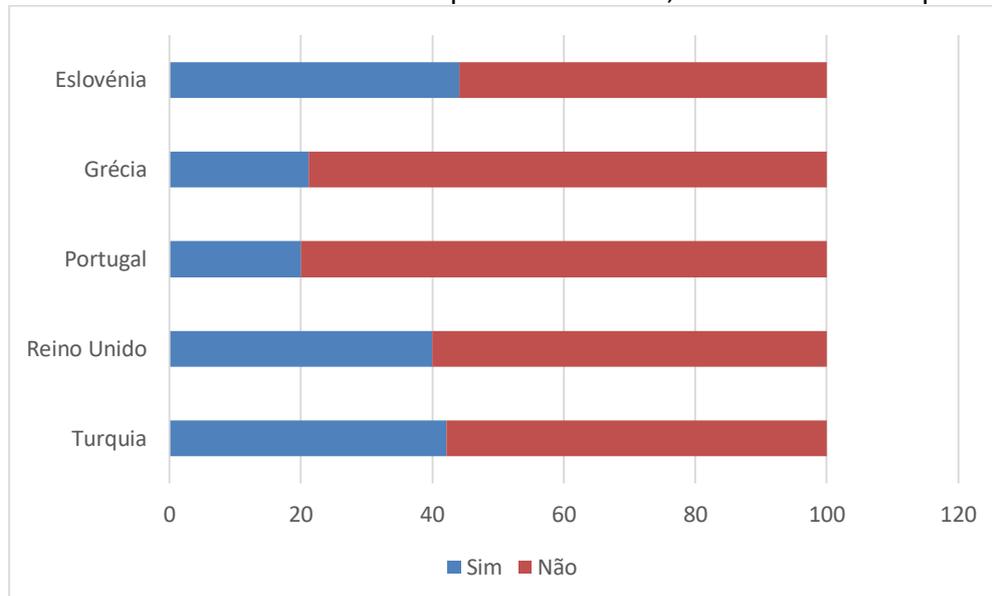
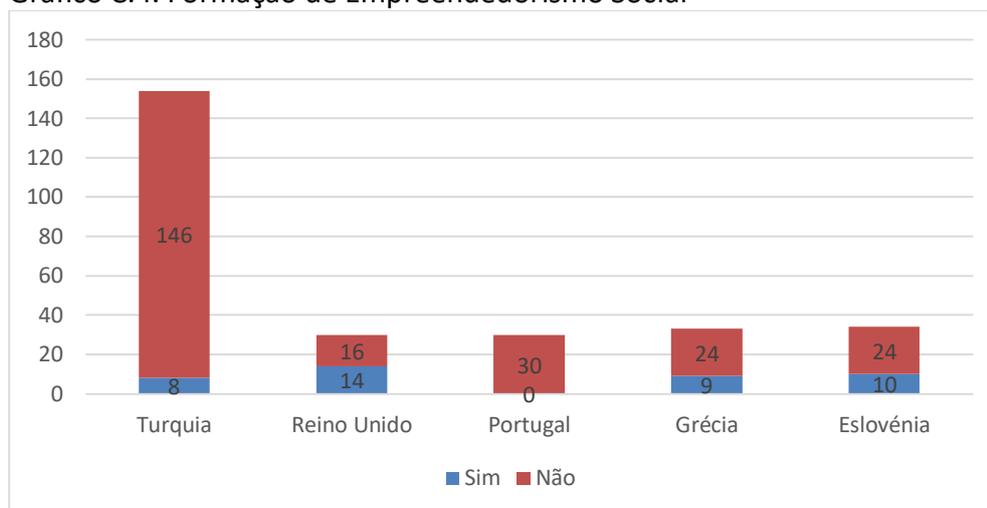


Gráfico C.3. Planos Futuros de Empreendedorismo, de acordo com os países (%)



Apenas 14,6% (41) participantes tinham formação em empreendedorismo social. Quase metade (46,7%) no Reino Unido tinham esta formação e em Portugal nenhum participou em qualquer formação sobre empreendedorismo social. Um total de 13 jovens receberam formação em empreendedorismo social digital, sendo oito da Eslovénia.

Gráfico C.4. Formação de Empreendedorismo Social



Nível de conhecimento dos jovens nos tópicos dos projetos

O principal objetivo destes questionários visava compreender o nível atual dos jovens ao nível de: Empreendedorismo Social, *Marketing* e Finanças. Os parceiros fizeram dez perguntas sobre cada tópico e pediram aos participantes que classificassem o seu nível atual com uma hierarquia de um (Muito mau) a quatro (Muito bom).

Gráfico C.5. Conhecimento dos jovens sobre empreendedorismo social

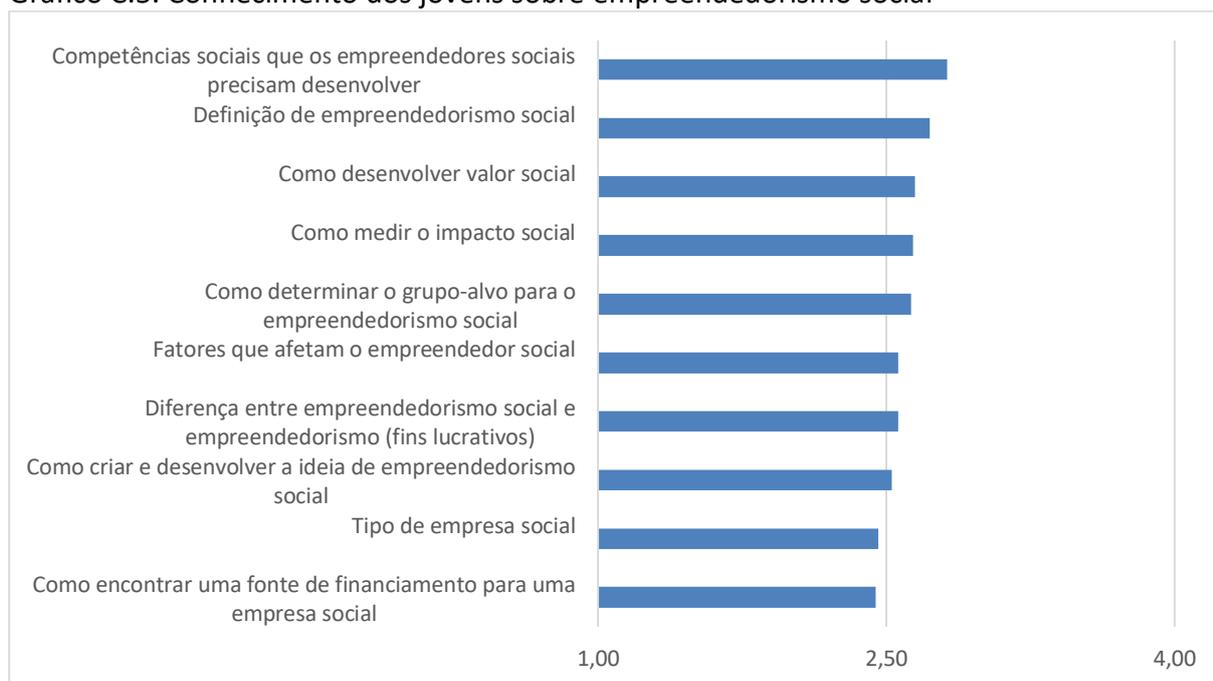


Gráfico C.6. Médias Nacionais de Conhecimento sobre Empreendedorismo Social

<i>País/Competências</i>	<i>Turquia</i>	<i>R. Unido</i>	<i>Portugal</i>	<i>Grécia</i>	<i>Eslovénia</i>	<i>Média</i>
Definição de empreendedorismo social	2.58	3.56	3.6	2.03	2.53	2.81
Diferença entre empreendedorismo social e empreendedorismo	2.36	3.40	3.47	2.00	2.50	2.73
Tipos de empresas sociais	2.17	3.33	3.33	1.91	2.76	2.65
Como criar e desenvolver a ideia de empreendedorismo social	2.34	3.03	3.63	1.76	2.67	2.64
Como desenvolver valor social	2.47	3.63	3.60	1.76	2.61	2.63
Como medir o impacto social	2.43	3.53	3.60	1.73	2.85	2.56
Como determinar o grupo-alvo para o empreendedorismo social	2.53	3.36	3.57	1.76	2.47	2.56
Competências sociais que os empreendedores sociais precisam desenvolver	2.83	3.40	3.63	1.79	2.50	2.53
Fatores que afetam o empreendedor social	2.36	3.39	3.60	1.81	2.58	2.46
Como encontrar uma fonte de financiamento para uma empresa social	2.25	2.90	3.67	1.79	2.47	2.44

Gráfico C.7. Conhecimento de *marketing* dos jovens

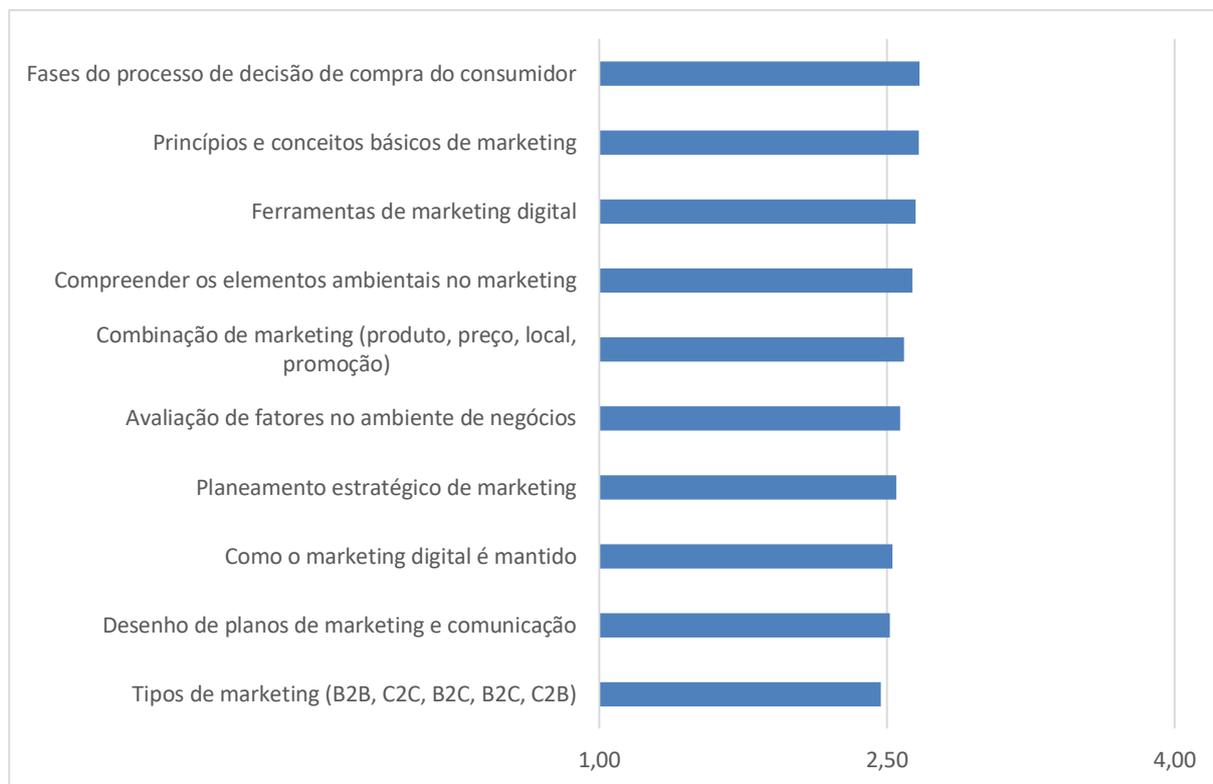


Gráfico C.8. Médias por País ao nível do Conhecimento em *Marketing*

<i>País/Competências</i>	<i>Turquia</i>	<i>R. Unido</i>	<i>Portugal</i>	<i>Grécia</i>	<i>Eslovénia</i>	<i>Média</i>
Princípios e conceitos básicos de <i>marketing</i>	2.43	3.60	3.80	2.19	2.38	2.67
Tipos de <i>marketing</i>	2.06	2.57	3.87	2.64	2.85	2.67
Cominação de <i>marketing</i>	2.40	3.17	3.73	2.18	2.35	2.65
Desenho de planos de <i>marketing</i> e comunicação	2.39	3.03	3.60	1.79	2.38	2.63
Compreensão dos elementos ambientais	2.61	3.10	3.47	1.79	2.41	2.59
Planeamento estratégico	2.45	3.13	3.47	1.73	2.44	2.57
Fatores de avaliação	2.50	3.07	3.46	1.66	2.53	2.55
Manutenção do <i>marketing</i> digital	2.39	2.97	3.53	1.76	2.65	2.53
Ferramentas de <i>marketing</i> digital	2.55	3.27	3.67	1.70	2.62	2.52
Fases do processo de decisão de compra do consumidor	2.57	2.97	3.67	2.00	2.61	2.47

Gráfico C.9. Conhecimento financeiro dos jovens

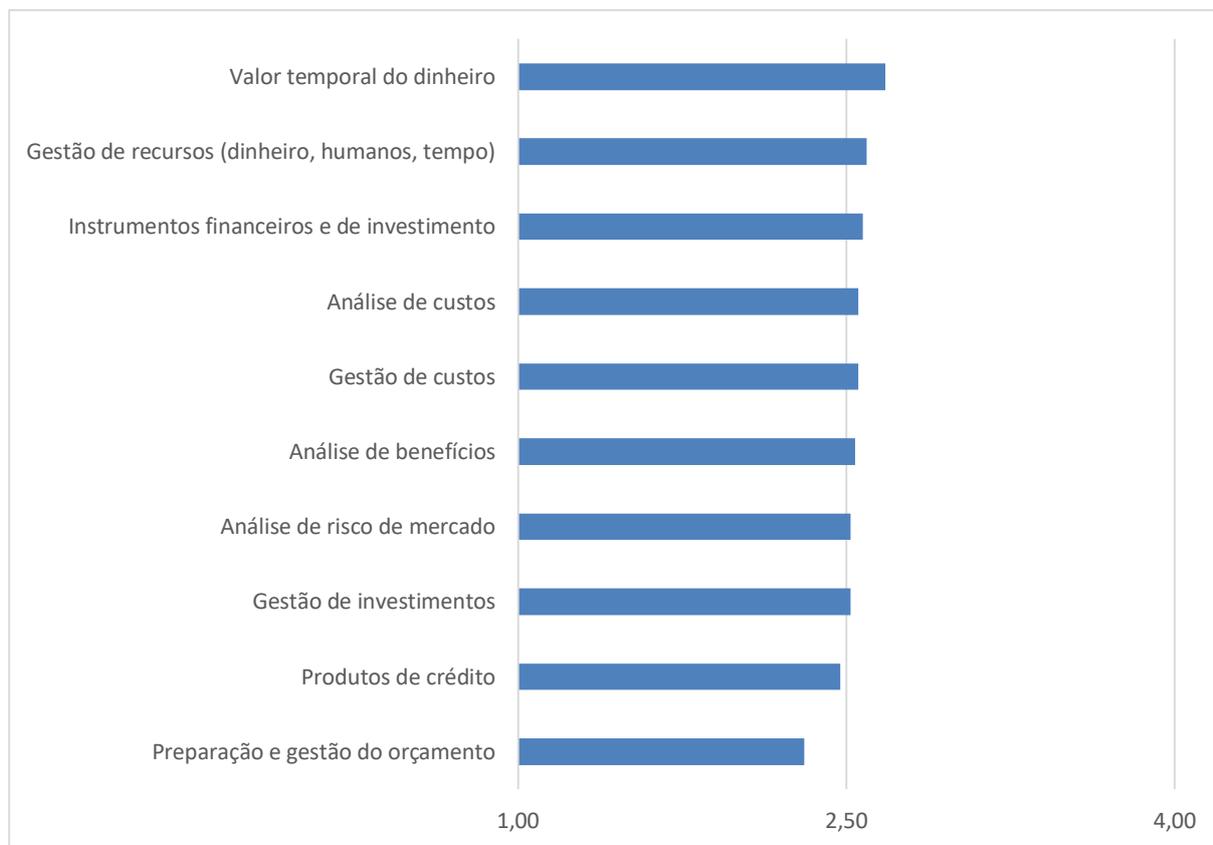


Gráfico C.10. Médias por País ao nível do Conhecimento sobre Finanças

<i>País/Competências</i>	<i>Turquia</i>	<i>R. Unido</i>	<i>Portugal</i>	<i>Grécia</i>	<i>Eslovénia</i>	<i>Média</i>
Instrumentos financeiros e de investimento	2.48	3.10	3.60	1.52	2.68	2.48
Valor temporal do dinheiro	2.61	3.57	3.53	1.45	2.65	2.61
Preparação e gestão do orçamento	1.98	3.30	3.57	1.58	2.53	1.98
Gestão de investimentos	2.44	3.13	3.50	1.52	2.47	2.44
Gestão de custos	2.44	3.47	3.63	1.52	2.35	2.44
Análise de custos	2.42	3.47	3.53	1.67	2.38	2.42
Produtos de Crédito	2.32	2.80	3.60	1.39	2.91	2.32
Análise de risco de mercado	2.41	3.10	3.53	1.42	2.68	2.41
Análise de benefícios	2.48	2.83	3.60	1.48	2.65	2.48
Gestão de recursos	2.56	3.20	3.60	1.55	2.32	2.56

Os resultados indicam que o nível de conhecimento dos jovens em quase todas as áreas se situa entre 2,31 e 2,81 (do ponto de vista estatístico, 2,50 corresponde ao valor médio). Existem apenas 5 áreas que estão abaixo de 2,50 (insuficientes) e geralmente as autoavaliações de resultados são superiores às reais (neste contexto, considera-se adequado ter 3,00 como valor acima de suficiente).

Gráfico C.11. Avaliação dos questionários

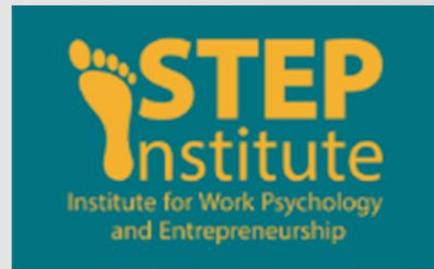
<i>Taxas</i>	<i>Níveis</i>
1,00 – 1,74	Muito mau
1,75 – 2,49	Mau
2,50 – 3,24	Bom
3,25 – 4,00	Muito Bom

Deste modo, como resultado da combinação das conclusões das sessões *Focus Group*, proposta de projeto e resultados dos questionários, decidiu-se ter os seguintes módulos como as áreas mais necessárias para que os jovens se tornem empreendedores sociais digitais:

- **Introdução ao Empreendedorismo Social Digital** (Gráfico C.5.e Gráfico C.6.)
- **Análise das Necessidades Sociais** (Gráfico C.5. e Gráfico C.6.)
- **Modelo de Negócio Social** (Gráfico C.5., Gráfico C.6.e Tema 2.)
- **Financiamento da ideia de negócio** (Gráfico C.5., Gráfico C.6., Tema 1 e Tema 7.)
- **Finanças e Orçamento para DSE** (Gráfico C.9., Gráfico C.10. e Tema 12.)
- **Marketing Digital** (Gráfico C.6., Gráfico C.7. e Tema 3. e Tema 5.)
- **Modelo Digital para o Empreendedorismo Social** (Gráfico C.9., Gráfico C.10. e Tema 2. e Tema 4.)
- **Recursos Humanos e Gestão de Equipas** (Tema 2.)
- **Novas competências de media** (Proposta)
- **Consciencialização Multicultural** (Proposta)

Bibliografia

- 1- <https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=12987&langId=en>
- 2- <https://www.gov.uk/set-up-a-social-enterprise>
- 3- <https://unltd.org.uk/portfolio/3-7-determining-the-right-legal-structure-for-your-social-enterprise>
- 4- <https://www.socialenterprise.org.uk/start-your-social-enterprise>
- 5- <https://www.britishcouncil.org/society/social-enterprise/support-aspiring-social-entrepreneurs>
- 6- <http://www.socialinnovationacademy.eu/portugal-social-innovation/>
- 7- <https://www.fundacaoedp.pt/en/content/other-initiatives>
- 8- <https://gulbenkian.pt/en/initiatives/cohesion-and-social-integration-programme/>
- 9- <https://www.dn.pt/portugal/interior/portugal-no-top-5-da-economia-social-na-europa-9041280.html>
- 10- <http://www.anje.pt/en/anje-know-the-startup-portugal-plus-measures>
- 11- <http://www.anje.pt/portal/empreendedorismo-apoio-a-contratacao-e-ao-empreendedorismo-impulso-jovem>
- 12- Portuguese SE Ecosystem 2016
- 13- https://www.researchgate.net/publication/321838573_Empresas_Sociais_em_Portugal_Realidade_ou_ficcao
- 14- <https://www.cases.pt/#economia-portugal>
- 15- http://www.mgrt.gov.si/fileadmin/user_upload/Analiza_stanja_na_podrocju_socialne_ekonomije_v_Sloveniji.pdf
- 16- http://www.mgrt.gov.si/fileadmin/user_upload/Priloge_k_analizi.pdf
- 17- http://www.mgrt.gov.si/si/delovna_podrocja/socialno_podjetnistvo/evidenca_so_p/
- 18- http://www.mgrt.gov.si/delovna_podrocja/socialno_podjetnistvo/
- 19- <http://ideannovaship.eu/wp-content/uploads/Slovenia.pdf>
- 20- <http://www.irido.si/irido2018/referati/d-01-kuntek.pdf>
- 21- http://europa.eu/youreurope/business/funding-grants/access-to-finance/search/en/financial-intermediaries?shs_term_node_tid_depth=723
- 22- http://europa.eu/youreurope/business/funding-grants/erasmus/index_en.htm
- 23- http://europa.eu/youreurope/business/funding-grants/eu-programmes/index_en.htm
- 24- https://www.eurobank.gr/online/home/generic.aspx?id=1469&mid=1081&lang=gr&gclid=EAlaIqobChMIuu6zhZeT1gIViBXTCh0BbA_iEAMYASAAEgLywPD_BwE
- 25- <https://www.espa.gr/en/Pages/default.aspx>
- 26- <https://www.britishcouncil.gr/en>
- 27- <http://www.ashoka-impact.gr/>
- 28- <https://athens.impacthub.net/en/the-impact-hub/>



BRIDGING TO THE FUTURE

Este projeto é financiado com o apoio da Comissão Europeia. A informação contida nesta publicação vincula exclusivamente o autor, não sendo a Comissão Europeia e a Agência Nacional da Turquia responsáveis pela utilização que dela possa ser feita.